Tegma Gestão Logística S.A.

e Empresas Controladas

CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18

TGMA3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Comentário da Administração

O ano de 2024 foi especial para a Tegma. Esse foi o ano em que celebramos 55 anos de atividade com muitos motivos para comemorar. As conquistas alcançadas ao longo do ano renovam nossos desafios para 2025.

O principal destaque de 2024 para a Companhia foi o desempenho das vendas de veículos no país. No início do ano, acreditava-se que o crescimento de 11% das vendas ocorrida em 2023 (comparado a 2022) seria difícil de repetir em 2024. No entanto, a indústria automotiva foi surpreendida com uma expansão de 14% nas vendas em relação a 2023, um crescimento quatro vezes superior ao aumento de 3,5% do PIB. Esse resultado foi impulsionado por baixos índices de desemprego, maior disposição de bancos e financeiras para conceder crédito e o aumento da confiança dos consumidores. Importante ressaltar que esse crescimento foi orgânico, sem incentivos governamentais para a troca de veículos, e predominantemente impulsionado por consumidores finais.

A produção de veículos cresceu 8% em 2024, impactada pelo aumento exponencial das importações, especialmente de montadoras chinesas, que impulsionaram a disseminação dos veículos eletrificados no Brasil.

Essa conjuntura refletiu-se positivamente na Logística Automotiva da Tegma, que registrou um crescimento de 39% no faturamento, além de uma expansão nas margens. Esse desempenho resultou de um esforço significativo das operações para se adaptar ao crescimento acelerado, lidando com mudanças repentinas de planos por parte das montadoras e importadoras, além da escassez de mão de obra em algumas regiões. Os investimentos em pátios – onde armazenamos e movimentamos os veículos – e na renovação da frota de cavalos mecânicos também foram essenciais para garantir um crescimento expressivo, sem comprometer a qualidade dos serviços.

A Divisão de Logística Integrada enfrentou um ano desafiador em 2024, assim como em 2023. A operação de químicos foi impactada por mudanças na dinâmica de estoques do setor, reduzindo o volume médio de produtos movimentados e armazenados de clientes âncora. Além disso, o processo de renovação da frota de semirreboques requisitada por um cliente âncora em 2023 nos fez perder volumes ao longo de 2024. No entanto, a conquista de novos clientes na operação de químicos, no final de 2023, ajudou a mitigar esses impactos e fez que o faturamento da divisão crescesse 9%.

Essa divisão é composta por uma carteira de clientes de longo e longuíssimo prazo, refletindo uma relação baseada em ganhos contínuos de produtividade para os clientes e em um retorno adequado sobre o capital investido para a Tegma. Essa filosofia de negócios e nosso histórico permitiram, em 2024, a conquista do segundo cliente na operação de logística para fabricantes de eletrodomésticos. Após 11 anos atendendo um único cliente nesse segmento, fechamos contrato com outro importante player do setor. Embora esse novo contrato ainda não seja representativo em termos de receita e tenha um escopo de serviços menor, trabalhamos continuamente para conquistar a confiança do cliente e ampliar a oferta de soluções.

Outra importante fonte de diversificação para a Tegma, a *joint venture* GDL, teve um ano de superação operacional e financeira. Responsável pela logística alfandegada e geral no Estado do Espírito Santo, a empresa foi o principal ponto de entrada e armazenamento de dezenas de milhares de veículos importados pelo Brasil em 2024, tendência impulsionada pelas montadoras chinesas. O desafio operacional foi intensificado pelo aumento do imposto de importação para veículos eletrificados na metade do ano, o que fez as importações saltarem de 7 mil para 70 mil veículos em um único mês, exigindo mobilização intensa de recursos humanos, maquinário e espaço. Além disso, a empresa continua expandindo sua atuação em armazenagem para setores como maquinário pesado, bens de consumo e fármacos, o que contribuiu para alcançar um faturamento de R$ 262 milhões e um lucro líquido de R$ 60 milhões em 2024.

Dentre as maratonas que a Companhia enfrentou no ano de 2024, destaca-se a migração de nosso Sistema de Gestão para a ERP Oracle. Essa transição exigiu grande empenho de colaboradores chaves e equipes internas para adaptar as regras e peculiaridades do nosso negócio – antes geridas por sistemas específicos – a uma plataforma padronizada. O resultado será maior confiabilidade dos dados, agilidade e segurança dos processos a partir de 2025.

A Administração mantém confiança na solidez da Tegma para enfrentar um ano de 2025 provavelmente cheio de ambiguidades. O cenário inclui juros elevados, alta atividade econômica, baixo desemprego, estimativas de crescimento de quase 7% nas vendas de veículos e novas regras para execução extrajudicial de veículos financiados, que podem estimular o crédito para aquisição. Para enfrentar esse ambiente, a empresa conta com sua sólida estrutura de capital, preparada para o crescimento do mercado automotivo, investindo na ampliação e modernização de pátios, bem como na renovação de parte da sua frota.

Por fim, vale destacar a importância da diversificação de negócios na estratégia da Tegma. Em 2024, 15% do lucro líquido da empresa adveio de operações não relacionadas ao transporte de veículos novos (incluindo controladas). As características desses negócios servem e continuarão servindo como referência para qualquer iniciativa de crescimento da empresa, seja de forma orgânica ou por meio de aquisições.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DA CONTROLADORA E DO CONSOLIDADO - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	158.813	141.442	241.335	232.539
Contas a receber de clientes	6	394.100	293.294	437.934	345.505
Estoques (almoxarifado)		54	499	263	810
Imposto de renda e contribuição social	17	1.599	987	2.746	2.398
Impostos e contribuições a recuperar	7	3.014	2.627	4.380	11.040
Demais contas a receber	8	14.906	11.521	17.922	14.485
Partes relacionadas	26	3.530	1.500	537	292
Despesas antecipadas		6.280	3.884	7.611	5.663
Total do ativo circulante		**582.296**	**455.754**	**712.728**	**612.732**
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Demais contas a receber	8	1.031	616	1.698	1.628
Imposto de renda e contribuição social	17	18.432	17.096	18.432	17.096
Impostos e contribuições a recuperar	7	3.101	1.621	5.943	20.400
Partes relacionadas	26	1.115	1.115	1.115	1.115
Ativo fiscal diferido	17	930	-	3.269	4.708
Depósitos judiciais	16	20.466	17.413	23.178	20.256
Total do realizável a longo prazo		**45.075**	**37.861**	**53.635**	**65.203**
Investimentos	9	321.868	354.266	61.456	49.347
Imobilizado	10	87.416	75.563	245.613	230.500
Intangível	11	183.648	169.510	190.943	176.780
Direito de uso	13	71.624	63.000	65.019	65.149
Total do ativo não circulante		**709.631**	**700.200**	**616.666**	**586.979**
Total do ativo		**1.291.927**	**1.155.954**	**1.329.394**	**1.199.711**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	28.801	12.477	29.089	12.759
Arrendamento	13	31.249	22.751	28.680	29.340
Fornecedores		5.241	5.832	7.540	9.400
Fretes a pagar		51.514	33.919	54.878	40.220
Tributos a recolher	14	27.841	22.672	31.470	25.863
Salários e encargos sociais	15	29.176	27.042	33.430	30.229
Demais contas a pagar	18	39.441	29.766	45.780	36.632
Partes relacionadas	26	1.209	1.316	661	731
Imposto de renda e contribuição social	17	30.572	10.254	31.386	12.920
Total do passivo circulante		**245.044**	**166.029**	**262.914**	**198.094**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	56.907	77.568	76.907	88.840
Arrendamento	13	47.533	45.416	42.397	41.330
Partes relacionadas	26	504	504	524	524
Passivo fiscal diferido	17	-	3.888	1.695	3.888
Provisões para demandas judiciais	16	18.674	24.904	21.692	28.015
Passivo atuarial		1.856	2.475	1.856	2.475
Total do passivo não circulante		**125.474**	**154.755**	**145.071**	**165.072**
Total do passivo		**370.518**	**320.784**	**407.985**	**363.166**
Patrimônio líquido	19				
Capital social		438.839	318.524	438.839	318.524
Reservas de lucros		446.378	471.347	446.378	471.347
Ações em tesouraria		(343)	(343)	(343)	(343)
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.424)	(1.833)	(1.424)	(1.833)
Dividendos adicionais propostos		37.959	47.475	37.959	47.475
		921.409	**835.170**	**921.409**	**835.170**
Participação dos não controladores		-	-	-	1.375
Total do patrimônio líquido		**921.409**	**835.170**	**921.409**	**836.545**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.291.927**	**1.155.954**	**1.329.394**	**1.199.711**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

da controladora e do consolidado

Demonstrações contábeis findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023
Receita líquida dos serviços prestados	21	1.850.830	1.314.644	2.090.127	1.583.468
Custo dos serviços prestados	22	(1.449.123)	(1.052.847)	(1.639.086)	(1.271.713)
Lucro bruto		**401.707**	**261.797**	**451.041**	**311.755**
Despesas gerais e administrativas	22	(90.505)	(94.384)	(107.546)	(96.818)
Despesas comerciais	22	(702)	(658)	(2.864)	(2.404)
(Perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	22	(2.892)	(549)	(3.161)	(1.134)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	23	2.059	(3.087)	1.959	(1.117)
		(92.040)	(98.678)	(111.612)	(101.473)
Lucro operacional		**309.667**	**163.119**	**339.429**	**210.282**
Resultado de equivalência patrimonial	9	53.167	55.478	29.264	16.256
Resultado financeiro	24				
Receitas financeiras		25.846	25.939	35.287	36.586
Despesas financeiras		(23.894)	(25.334)	(26.512)	(27.647)
		1.952	605	8.775	8.939
Lucro antes dos impostos		**364.786**	**219.202**	**377.468**	**235.477**
Imposto de renda e contribuição social	17				
Corrente		(99.347)	(39.391)	(107.820)	(57.691)
Diferido		4.378	1.601	964	4.126
		(94.969)	(37.790)	(106.856)	(53.565)
Lucro líquido do exercício		**269.817**	**181.412**	**270.612**	**181.912**
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		-	-	269.817	181.412
Acionistas não controladores		-	-	795	500
		-	**-**	**270.612**	**181.912**
Lucro líquido por ação:	25				
Lucro por ação - básico (em Reais)		-	-	4,09	2,75
Lucro por ação - diluído (em Reais)		-	-	4,09	2,75

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

da controladora e do consolidado

Demonstrações contábeis findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023
Lucro líquido do exercício	269.817	181.412	270.612	181.912
Outros resultados abrangentes:				
Constituição de passivo atuarial	619	251	619	251
Tributos diferidos sobre passivo atuarial	(210)	(85)	(210)	(85)
Outros	-	157	-	157
Resultado abrangente total	**270.226**	**181.735**	**271.021**	**182.235**
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	-	-	270.226	181.735
Acionistas não controladores	-	-	795	500
	-	**-**	**271.021**	**182.235**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

da controladora e do consolidado

Demonstrações contábeis findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos controladores da Tegma Gestão Logística S.A.											
				Reservas de lucros								
	Capital social	Ações em tesouraria	Transação de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos adicionais propostos	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**318.524**	**(343)**	**-**	**45.945**	**95.021**	**269.635**	**-**	**(2.156)**	**39.563**	**766.189**	**938**	**767.127**
Resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	181.412	-	-	**181.412**	500	**181.912**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	157	-	**157**	-	**157**
Constituição de passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	-	251	-	**251**	-	**251**
Tributos diferidos sobre passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	-	(85)	-	**(85)**	-	**(85)**
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.563)	**(39.563)**	-	**(39.563)**
Incentivos fiscais	-	-	-	-	25.294	-	(25.294)	-		**-**	-	**-**
Constituição de reservas	-	-	-	9.071	-	99.572	(108.643)	-	-	**-**	-	**-**
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	-	(73.191)	(47.475)	-	47.475	**(73.191)**	(63)	**(73.254)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**318.524**	**(343)**	**-**	**55.016**	**120.315**	**296.016**	**-**	**(1.833)**	**47.475**	**835.170**	**1.375**	**836.545**
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**318.524**	**(343)**	**-**	**55.016**	**120.315**	**296.016**	**-**	**(1.833)**	**47.475**	**835.170**	**1.375**	**836.545**
Resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	269.817	-	-	**269.817**	795	**270.612**
Integralização de capital	120.315	-	-	-	(120.315)	-	-	-	-	**-**	-	**-**
Constituição de passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	-	619	-	**619**	-	**619**
Tributos diferidos sobre passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	-	(210)	-	**(210)**	-	**(210)**
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.475)	**(47.475)**	-	**(47.475)**
Constituição de reservas	-	-	-	13.491	-	218.367	(231.858)	-	-	**-**	-	**-**
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(131.216)	(37.959)	-	37.959	**(131.216)**	(238)	**(131.454)**
Transação de capital	-	-	(5.296)	-	-	-	-	-	-	**(5.296)**	(1.932)	**(7.228)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**438.839**	**(343)**	**(5.296)**	**68.507**	**-**	**383.167**	**-**	**(1.424)**	**37.959**	**921.409**	**-**	**921.409**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

da controladora e do consolidado

Demonstrações contábeis findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023
Lucro líquido do período		**269.817**	**181.412**	**270.612**	**181.912**
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	22	14.800	16.686	26.146	24.342
Amortização direito de uso	22	25.042	25.467	29.489	30.422
(Ganho) Perda na venda de bens	23	(266)	118	(778)	176
Provisão para demandas judiciais		1.183	1.783	1.827	2.112
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		2.892	549	3.161	1.134
Equivalência patrimonial	9	(53.167)	(55.478)	(29.264)	(16.256)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e debêntures	12	10.453	12.337	12.479	12.620
Juros sobre arrendamento	24	8.979	8.353	8.837	9.572
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(4.378)	(1.601)	(964)	(4.126)
		275.355	**189.626**	**321.545**	**241.908**
Variações nos ativos e passivos					
Caixa e equivalentes de caixa - Incorporação Catlog		37.586	-	-	-
Contas a receber		(93.444)	(25.461)	(95.590)	(32.589)
Impostos a recuperar		92.982	34.168	104.084	54.395
Depósitos judiciais		(2.134)	(1.044)	(2.306)	(1.023)
Demais ativos		(4.961)	(1.020)	(4.867)	1.684
Fornecedores e fretes a pagar		12.862	11.468	11.993	9.755
Salários e encargos sociais		1.925	3.498	3.201	3.868
Partes relacionadas		(2.632)	(781)	(315)	(186)
Outras obrigações e tributos a recolher		13.059	9.077	14.360	5.173
		55.243	**29.905**	**30.560**	**41.077**
Caixa gerado pelas atividades operacionais antes dos pagamentos dos impostos, juros e demandas judiciais		**330.598**	**219.531**	**352.105**	**282.985**
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	12	(10.700)	(14.032)	(12.721)	(14.032)
Juros pagos sobre arrendamento	13	(9.238)	(9.337)	(8.813)	(9.297)
Demandas judiciais pagas	16	(8.255)	(1.803)	(8.340)	(2.773)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(59.076)	(33.269)	(63.544)	(40.447)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**243.329**	**161.090**	**258.687**	**216.436**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aumento de capital em controladas	9	(10.000)	-	(10.000)	-
Dividendos recebidos	9	43.165	32.207	27.154	14.702
Aquisição de intangível	11	(15.354)	(6.639)	(15.742)	(7.027)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	10	(29.921)	(23.244)	(41.028)	(35.667)
Recebimento pela venda de bens		945	326	2.812	1.335
Pagamento na aquisição de investimentos		(6.000)	(3.003)	(6.000)	(3.003)
Caixa líquido (utilizado) proveniente nas atividades de investimento		**(17.165)**	**(353)**	**(42.804)**	**(29.660)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos		(178.691)	(112.754)	(180.158)	(112.817)
Captação empréstimos e financiamentos		5.910	45.000	14.639	56.271
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12	(10.000)	(55.000)	(10.000)	(55.000)
Pagamento de arrendamento	13	(26.012)	(27.572)	(31.568)	(32.990)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(208.793)**	**(150.326)**	**(207.087)**	**(144.536)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**17.371**	**10.411**	**8.796**	**42.240**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		141.442	131.031	232.539	190.299
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		158.813	141.442	241.335	232.539
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**17.371**	**10.411**	**8.796**	**42.240**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

da controladora e do consolidado

Demonstrações contábeis findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(informação suplementar) (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023
Receitas					
Vendas brutas de serviços, líquidos dos descontos	21	2.182.923	1.552.137	2.468.704	1.866.398
Outras receitas		3.242	1.453	3.821	1.607
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(2.892)	(549)	(3.161)	(1.134)
		2.183.273	**1.553.041**	**2.469.364**	**1.866.871**
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos serviços prestados		(1.269.132)	(893.807)	(1.394.936)	(1.065.520)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais		(137.719)	(123.263)	(180.832)	(154.184)
		(1.406.851)	**(1.017.070)**	**(1.575.768)**	**(1.219.704)**
Valor adicionado bruto		**776.422**	**535.971**	**893.596**	**647.167**
Depreciação e amortização	22	(14.800)	(16.686)	(26.146)	(24.342)
Amortização direito de uso	22	(25.042)	(25.467)	(29.489)	(30.422)
		(39.842)	**(42.153)**	**(55.635)**	**(54.764)**
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**736.580**	**493.818**	**837.961**	**592.403**
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	9	53.167	55.478	29.264	16.256
Receitas financeiras	24	25.846	25.939	35.287	36.586
		79.013	**81.417**	**64.551**	**52.842**
Valor adicionado total a distribuir		**815.593**	**575.235**	**902.512**	**645.245**
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos					
Remuneração direta		127.175	117.524	149.653	133.068
Benefícios		31.906	26.819	39.224	30.679
FGTS		7.412	6.789	8.753	7.747
		166.493	**151.132**	**197.630**	**171.494**
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		183.201	103.614	211.497	131.821
Estaduais		142.568	103.228	160.407	118.327
Municipais		4.803	4.078	8.455	6.564
		330.572	**210.920**	**380.359**	**256.712**
Remuneração de capitais de terceiros / Financiadores					
Juros e variações cambiais		23.894	25.334	26.512	27.647
Aluguéis		24.817	6.437	27.399	7.480
		48.711	**31.771**	**53.911**	**35.127**
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos e juros sobre capital próprio		131.216	73.191	131.216	73.191
Lucro retidos dos acionistas controladores		138.601	108.221	138.601	108.221
Participação dos acionistas não controladores		-	-	795	500
		269.817	**181.412**	**270.612**	**181.912**
Valor adicionado distribuído		**815.593**	**575.235**	**902.512**	**645.245**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações contábeis da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tegma Gestão Logística S.A. ("Controladora") e suas empresas Controladas ("Companhia") têm entre seus principais objetivos a prestação de serviços com foco nas áreas de gestão logística, transporte e armazenagem em diversos setores da economia, tais como: automotivo, bens de consumo, químicos e eletrodomésticos. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, registrada no segmento especial do mercado de ações da B3, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação TGMA3, e está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no seu Estatuto Social. A Companhia é composta por duas divisões: logística automotiva e logística integrada. Os serviços da Companhia na divisão de logística automotiva compreendem:

- **Transporte rodoviário:** Transporte, coleta, distribuição e transferência de veículos em todo território nacional e Mercosul (importação e exportação) com frota 100% rastreada. Transporte dedicado, com equipamentos fechados (carreta sider); e
- **Serviços Logísticos:** Centros de automotivos nas principais cidades do Brasil com serviços de armazenagem, gestão do pátio e estoque (in house), serviços de preparação de veículos para venda (PDI), tropicalização, acessorização (Big Fleet ou varejo).

Os serviços da Companhia na divisão de logística integrada compreendem:

- **Transporte rodoviário:** *milk run* (sistema de coletas programadas de materiais, que utiliza um único equipamento de transporte do operador logístico, para realizar as coletas em dois ou mais fornecedores e entregar os materiais no destino final, sempre em horários pré-estabelecidos); *full truck load* (é o tipo de carga homogênea, geralmente com volume suficiente para preencher completamente uma caçamba ou o baú de um caminhão), transferência de granéis sólidos/líquidos e de peças entre as plantas dos clientes e fornecedores;
- **Armazenagem geral e alfandegada:** englobando armazenagem e gestão de peças e componentes, *cross docking* (sistema de distribuição no qual a mercadoria recebida, em um armazém ou Centro de Distribuição, não é estocada mas sim imediatamente preparada para o carregamento da entrega), *picking* ou separação e preparação de pedidos (na recolha em armazém de certos produtos, podendo ser diferentes em categoria e quantidades, face a pedido de um cliente, de forma a satisfazer o mesmo), manuseio e preparação, armazenagem de granéis químicos líquidos e sólidos, armazenagem *in-house* (na estrutura do cliente), armazenagem de veículos e armazenagem alfandegada dentro de estruturas adequadas à legislação de entrepostos aduaneiros (por meio da *joint venture* GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A);
- **Gestão logística:** envolvendo controle de estoques, abastecimento de linha de produção *just in time*, gestão de embalagens retornáveis, gestão de peças e componentes, gerenciamento de estoque de mercadorias nacionais e importadas e logística reversa.

2. Relação de entidades controladas, coligada e empreendimentos controlados em conjunto

A Companhia possui os seguintes investimentos:

	Participação		
Controladas diretas e indireta e empreendimento controlado em conjunto	**31 de dezembro de 2024**	**31 de dezembro de 2023**	**Relacionamento**
Tegma Cargas Especiais Ltda. ("TCE")	100%	100%	Controlada direta
Tegma Logística de Armazéns Ltda. ("TLA")	100%	100%	Controlada direta
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. ("Tegmax")	100%	100%	Controlada direta
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. ("Niyati")	100%	100%	Controlada direta
TegUp Inovação e Tecnologia Ltda. ("TegUp")	100%	100%	Controlada direta
Tech Cargo Plataforma de Transportes Ltda. ("Tech Cargo")	100%	100%	Controlada direta
Catlog Logística de Transportes Ltda ("Catlog") (i) (ii)	-	100%	Controlada direta
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. ("GDL")	50%	50%	Empreendimento controlado em conjunto
Fastline Logística Automotiva Ltda ("Fastline") (iii) (iv)	100%	83%	Controlada direta
Rabbot Technologies Ltd	16%	16%	Coligada indireta

(i) Em janeiro de 2023 a controlada Tegma Logística de Veículos Ltda. foi incorporada pela controlada Catlog Logística de Transportes Ltda.

(ii) Em continuidade ao plano de simplificação da estrutura societária e obter ganhos operacionais e financeiros na utilização de ativos, em maio de 2024, a controlada Catlog Logística de Transporte Ltda, foi incorporada pela Tegma Gestão Logística S.A.

(iii) Em maio de 2024, com a incorporação da Catlog Logística de Transporte Ltda., pela Tegma Gestão Logística S.A., a Fastline Logística Automotiva Ltda. passa a ser controlada direta.

(iv) Em dezembro de 2024, a Companhia adquiriu 17% de participação da empresa Fastline Logística Automotiva Ltda., se tornando detentora dos 100% de participação societária.

3. Bases para preparação e políticas contábeis materiais

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2025. As mudanças relacionadas nas políticas contábeis materiais estão descritas na Nota Explicativa nº 3.1 (a). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Nota explicativa nº 4.e - análise de sensibilidade de instrumentos financeiros;

Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração das perdas de crédito estimadas;

Nota explicativa nº 9 e 11 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio;

Nota explicativa nº 10 e 11 - definição de vida útil do imobilizado e intangível;

Nota explicativa nº 13 - reconhecimento e mensuração de arrendamento mercantil;

Nota explicativa nº 16 - reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais;

Nota explicativa nº 17 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos.

d. Mensuração do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas Controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. A Companhia e suas Controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Uma equipe de avaliação possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. O método de apuração do valor justo utilizado pela Companhia e suas Controladas consiste em realizar a projeção a valor futuro com base nas condições contratadas e posteriormente calcular a valor presente descontando as curvas estabelecidas em cada contrato. Para maiores detalhes sobre os níveis de mensuração do valor justo, veja a Nota n° 4 (g).

3.1. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia e suas Controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Já aquelas relacionadas a diferentes aspectos das demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. Ressalta-se que políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Mudanças nas principais políticas contábeis: Em 2024 houve alterações de normas e interpretações, porém sem impactos nos processos da Companhia, abaixo relação:

- Acordo de financiamento de fornecedores - As alterações à IAS 7(equivalente ao CPC 03(R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7(equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos;

a. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia e suas controladas não adotaram antecipadamente essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. As normas alteradas e interpretações citadas a seguir, não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas Controladas.

- Alteração na norma IFRS 18/CPC 26 (R1) - O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais específicos. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas a receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas;
- Alteração na norma IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade Pública, sobre a permissão que as entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controlada que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.
- Alteração na norma CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. A alteração contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.
- Alteração ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

(i) Controladas e investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas Controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordos de acionistas, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 2 - Relação de entidades controladas - e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. ("GDL") considerada como empreendimento controlado em conjunto que têm seus resultados considerados nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e da controlada em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos em controladas e controladas em conjunto estão apresentados na nota explicativa nº 9 - Investimentos.

(ii) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

continua

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 11/03/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/11/TEGMA1581260511032025.pdf

Hash:17416514402488e0d33da34a59accff634c31529cf

continuação

Tegma Gestão Logística S.A.

e Empresas Controladas

CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações contábeis da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional (Real), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e demais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

c. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial: As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas Controladas se tornaram parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) -instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas Controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR). - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas Controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia e suas Controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: - As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; - Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas Controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia e suas Controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas Controladas consideram: - Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; - Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; - O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e - Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota para derivativos designados como instrumentos de *hedge*.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros: A Companhia e suas Controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas Controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas Controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros: A Companhia e suas Controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas Controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas Controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d. Provisões: Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

e. Demonstrações de valor adicionado: A Companhia e suas Controladas elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPC aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

4. Gestão de risco financeiro

A gestão de riscos é realizada pela tesouraria central da Companhia, sendo avaliadas e definidas estratégias de proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a. Risco de mercado - Taxa de câmbio: O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos em operações com moedas diferentes da moeda funcional.

b. Risco de mercado - Taxa básica de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de variação de taxa de juros e seu impacto sobre o de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. O risco de taxa de juros da Companhia é representado pela exposição à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e à taxa básica de juros Selic a seguir está demonstrada a exposição ao risco de juros das operações vinculadas à essas variações:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Empréstimos e financiamentos	12	(85.708)	(90.045)	(105.996)	(101.599)
Aplicações financeiras	5	157.032	139.811	239.484	230.703
Exposição líquida		**71.324**	**49.766**	**133.488**	**129.104**

c. Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras são aceitos somente títulos de entidades independentes com "*rating*" classificado como grau de investimento minimamente com boa qualidade e risco baixo, em ao menos 2 das 3 principais agências de classificação (Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's). As aplicações são distribuídas entre as diversas instituições bancárias, evitando a concentração superior a 30% do caixa em cada uma delas. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente baseado no score individual divulgado pelos *bureaus* e/ou motor de crédito, seguindo a política interna para classificação do risco. As práticas de gestão de risco de crédito incluindo métodos e premissas estão descritas nas notas explicativas nº 5 e 6. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A exposição da Companhia está demonstrada a seguir:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	158.813	141.442	241.335	232.539
Contas a receber de clientes	6	394.100	293.294	437.934	345.505
		552.913	**434.736**	**679.269**	**578.044**

d. Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e consolidada pela tesouraria. Através dessa previsão, a tesouraria monitora a disponibilidade de caixa para atender as necessidades operacionais e financeiras da Companhia, mantendo e contratando linhas de crédito disponíveis em níveis adequados. O caixa é investido em operações financeiras conservadoras e com liquidez de curtíssimo prazo para fazer face às previsões acima mencionadas. A tabela a seguir ilustra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são fluxos de caixas não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Controladora

	Nota	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 16 anos
Empréstimos e financiamentos	12	85.708	110.360	36.618	32.628	41.114
Arrendamento	13	78.782	98.146	39.438	24.997	33.711
Fornecedores e fretes a pagar		56.755	56.755	56.755	-	-
Demais contas a pagar	18	39.441	39.441	39.441	-	-
Partes relacionadas	26	1.713	1.713	1.209	504	-
Em 31 de dezembro de 2024		**262.399**	**306.415**	**173.461**	**58.129**	**74.825**

Controladora

	Nota	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 16 anos
Empréstimos e financiamentos	12	90.045	123.675	20.811	36.295	66.569
Arrendamento	13	68.167	86.979	30.781	20.944	35.254
Fornecedores e fretes a pagar		39.751	39.751	39.751	-	-
Demais contas a pagar	18	29.766	29.766	29.766	-	-
Partes relacionadas	26	1.820	1.820	1.316	504	-
Em 31 de dezembro de 2023		**229.549**	**281.991**	**122.425**	**57.743**	**101.823**

Consolidado

	Nota	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 16 anos
Empréstimos e financiamentos	12	105.996	151.975	39.131	35.452	77.392
Arrendamento	13	71.077	91.717	37.539	23.394	30.784
Fornecedores e fretes a pagar		62.418	62.418	62.418	-	-
Demais contas a pagar	18	45.780	45.780	45.780	-	-
Partes relacionadas	26	1.185	1.185	661	524	-
Em 31 de dezembro de 2024		**286.456**	**353.075**	**185.529**	**59.370**	**108.176**

Consolidado

	Nota	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 16 anos
Empréstimos e financiamentos	12	101.599	148.782	22.321	37.769	88.692
Arrendamento	13	70.670	87.642	37.129	19.927	30.586
Fornecedores e fretes a pagar		49.620	49.620	49.620	-	-
Demais contas a pagar	18	36.632	36.632	36.632	-	-
Partes relacionadas	26	1.255	1.255	731	524	-
Em 31 de dezembro de 2023		**259.776**	**323.931**	**146.433**	**58.220**	**119.278**

e. Análise de sensibilidade: O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia. Considerando que tanto o valor aplicado quanto todas as dívidas da Companhia (empréstimos e financiamentos) estão atreladas ao CDI (12,15% a.a. em 31 de dezembro de 2024 e 11,65% a.a. em 31 de dezembro de 2023) e a Selic (12,25% a.a. em 31 de dezembro de 2024 e 11,75% a.a. em 31 de dezembro de 2023). De acordo com a avaliação efetuada pela Administração o cenário mais provável (Cenário I) apresenta o impacto anual considerando a manutenção do CDI e da Selic. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar os impactos de um aumento de 25% e 50% nas variáveis de risco consideradas. São eles os Cenários II e III, respectivamente. Dessa forma, para essa análise, consideramos para o cálculo do risco de exposição líquida um aumento do passivo, ou seja, apreciativo do CDI e da Selic. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido com base no CDI e na Selic dos cenários apresentados em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora			Consolidado		
	Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II) - 25%	Cenário Remoto (III) - 50%	Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II) - 25%	Cenário Remoto (III) - 50%
Aplicações Financeiras	19.114	23.892	28.671	29.126	36.408	43.690
Receitas	**19.114**	**23.892**	**28.671**	**29.126**	**36.408**	**43.690**
NCE Santander	(6.468)	(7.892)	(9.315)	(6.468)	(7.892)	(9.315)
Finame BNDES	(5.341)	(6.530)	(7.720)	(8.169)	(9.980)	(11.791)
Despesas	**(11.809)**	**(14.422)**	**(17.035)**	**(14.637)**	**(17.872)**	**(21.106)**
Efeito líquido no resultado e no Patrimônio Líquido	**7.305**	**9.470**	**11.636**	**14.489**	**18.536**	**22.584**

f. Gestão de capital: A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos circulantes e não circulantes, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Já o capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida, conforme segue:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Empréstimos e financiamentos	12	85.708	90.045	105.996	101.599
Caixa e equivalentes de caixa	5	(158.813)	(141.442)	(241.335)	(232.539)
Dívida (Caixa) Líquida(o)		**(73.105)**	**(51.397)**	**(135.339)**	**(130.940)**
Total do patrimônio líquido		921.409	835.170	921.409	836.545
Capital Total		**848.304**	**783.773**	**786.070**	**705.605**
Índice de alavancagem financeira		**(8,6%)**	**(6,6%)**	**(17,2%)**	**(18,6%)**

g. Classificação dos instrumentos financeiros: O CPC 40 (R1) (IFRS 7) define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** Outras informações, exceto aquelas incluídas no nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares, (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços), em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado.
- **Nível 3:** Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

A metodologia aplicada para cálculo do valor justo é levar a valor futuro pela curva do CDI ou Selic, considerando o percentual do indexador contratado e depois trazer a valor presente descontando por 100% da curva do CDI ou Selic.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos classificados em outras categorias além das informadas:

Controladora

		Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
	Nota	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia a valor justo	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia a valor justo
Ativos							
Valor justo por meio do resultado							
Aplicações financeiras	5	157.032	157.032	Nível 1	139.811	139.811	Nível 1
Ativos pelo custo amortizado							
Recursos em bancos e em caixa	5	1.781	1.781	Nível 1	1.631	1.631	Nível 1
Contas a receber de clientes	6	394.100	394.100	Nível 2	293.294	293.294	Nível 2
Partes relacionadas	26	4.645	4.645	Nível 2	2.615	2.615	Nível 2
Demais contas a receber (i)	8	1.822	1.822	Nível 2	626	626	Nível 2
		559.380	**559.380**		**437.977**	**437.977**	
Passivos							
Passivos pelo custo amortizado							
Empréstimos e financiamentos	12	(85.708)	(89.651)	Nível 2	(90.045)	(102.603)	Nível 2
Arrendamento	13	(78.782)	(78.782)	Nível 3	(68.167)	(68.167)	Nível 3
Fornecedores e fretes a pagar		(56.755)	(56.755)	Nível 2	(39.751)	(39.751)	Nível 2
Demais contas a pagar	18	(39.441)	(39.441)	Nível 2	(29.766)	(29.766)	Nível 2
Partes relacionadas	26	(1.713)	(1.713)	Nível 2	(1.820)	(1.820)	Nível 2
		(262.399)	**(266.342)**		**(229.549)**	**(242.107)**	

Consolidado

		Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
	Nota	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia a valor justo	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia a valor justo
Ativos							
Valor justo por meio do resultado							
Aplicações financeiras	5	239.484	239.484	Nível 1	230.703	230.703	Nível 1
Ativos pelo custo amortizado							
Recursos em bancos e em caixa	5	1.851	1.851	Nível 1	1.836	1.836	Nível 1
Contas a receber de clientes	6	437.934	437.934	Nível 2	345.505	345.505	Nível 2
Partes relacionadas	26	1.652	1.652	Nível 2	1.407	1.407	Nível 2
Demais contas a receber (i)	8	2.838	2.838	Nível 2	1.649	1.649	Nível 2
		683.759	**683.759**		**581.100**	**581.100**	
Passivos							
Passivos pelo custo amortizado							
Empréstimos e financiamentos	12	(105.996)	(109.246)	Nível 2	(101.599)	(115.718)	Nível 2
Arrendamento	13	(71.077)	(71.077)	Nível 3	(70.670)	(70.670)	Nível 3
Fornecedores e fretes a pagar		(62.418)	(62.418)	Nível 2	(49.620)	(49.620)	Nível 2
Demais contas a pagar	18	(45.780)	(45.780)	Nível 2	(36.632)	(36.632)	Nível 2
Partes relacionadas	26	(1.185)	(1.185)	Nível 2	(1.255)	(1.255)	Nível 2
		(286.456)	**(289.706)**		**(259.776)**	**(273.895)**	

(i) Não incluem valores referente aos adiantamentos a funcionários e fornecedor.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil: O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos da Companhia e de suas Controladas e não constituem um investimento visando auferir ganhos. A rubrica inclui o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Recursos em banco e em caixa	1.781	1.631	1.851	1.836
Aplicações financeiras (i) (ii)	157.032	139.811	239.484	230.703
	158.813	**141.442**	**241.335**	**232.539**

As aplicações financeiras são de curto prazo, com liquidez, conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas por operações com liquidez imediata e com período de carência, com remuneração média de 100,1% para os prazos estabelecidos em 31 de dezembro de 2024 (100,90% em 31 de dezembro de 2023) da variação do índice do CDI.

(i) Liquidez imediata com carência de até 90 dias: 100,0% em 31 de dezembro de 2024 (85,4% em 31 de dezembro de 2023) do total consolidado.

(ii) Período de carência aplicável entre 91 e 180 dias: 0,0% em 31 de dezembro de 2024 (14,6% 31 de dezembro de 2023) do total consolidado.

A Companhia adota uma gestão de caixa centralizada na Controladora, apesar do caixa consolidado ser distribuído entre suas Controladas. A análise de sensibilidade da Companhia é divulgada na nota explicativa nº 4.e.

6. Contas a receber de clientes

Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores decorrentes da prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e de suas Controladas. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo dos serviços, deduzidas as perdas estimadas quando requerida. A Companhia e suas Controladas avaliam no final de cada período se há evidência de que a qualidade do crédito do ativo financeiro é considerada deteriorada. As perdas esperadas são reconhecidas com base nas contas a receber em atraso (aging-list) levando-se em conta o histórico de perdas da Companhia, conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias são integralmente provisionados. Os clientes da Companhia, de grande porte, com boa qualidade de crédito, relacionamento de longo prazo sem histórico de perdas têm seus títulos vencidos provisionados quando ultrapassam de 360 dias. Caso o valor originalmente provisionado seja recebido, a Companhia efetua uma reversão da perda estimada. Quando não há expectativa de recebimento dos valores, a Companhia reconhece a perda efetiva dos títulos, revertendo igualmente a provisão constituída.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Clientes nacionais	386.285	294.342	430.532	347.303
Clientes exterior	10.789	-	10.789	-
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(2.974)	(1.048)	(3.387)	(1.798)
	394.100	**293.294**	**437.934**	**345.505**

Em 31 de dezembro de 2024 o prazo médio de recebimento é de aproximadamente 50 dias para a Controladora e 51 dias para o Consolidado (55 dias para a Controladora e 55 dias para o Consolidado em 31 de dezembro de 2023), considerando a receita dos últimos três meses. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Títulos a vencer	345.309	248.722	385.992	294.626
Títulos vencidos até 30 dias	36.607	32.213	37.970	36.678
Títulos vencidos de 31 até 90 dias	7.367	5.092	8.556	5.710
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	3.728	3.011	4.207	3.559
Títulos vencidos há mais de 181 dias	4.063	5.304	4.596	6.730
	397.074	**294.342**	**441.321**	**347.303**

A movimentação das perdas de crédito esperadas de liquidação duvidosa (PECLD) da Companhia é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	**(1.048)**	**(797)**	**(1.798)**	**(1.032)**
Adições (i)	(3.898)	(1.203)	(5.163)	(2.334)
Reversões	1.963	952	3.512	1.568
Outros	9	-	62	-
Saldos em 31 de dezembro	**(2.974)**	**(1.048)**	**(3.387)**	**(1.798)**

(i) Em 2024 a Companhia aprovou a nova política de PECLD que passou a considerar clientes sem histórico de perdas em seus títulos vencidos, provisionando quando ultrapassam 360 dias.

A exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém qualquer título como garantia.

7. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a recuperar	3.418	1.889	6.494	4.978
Imposto de renda retido na fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras	448	797	961	1.353
Imposto de renda retido na fonte (IRRF) sobre serviços e outros	26	2	35	12
Programa de integração social (PIS) e Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) (i)	1.451	1.120	2.062	24.235
Outros	772	440	771	862
	6.115	**4.248**	**10.323**	**31.440**
Circulante	3.014	2.627	4.380	11.040
Não circulante	3.101	1.621	5.943	20.400
	6.115	**4.248**	**10.323**	**31.440**

(i) Em maio de 2024 a Tegma Gestão Logística S.A. incorporou a Catlog Logística de Transporte Ltda conforme NE 2 item (ii), em decorrência do fato, os valores dessa rubrica passam a fazer parte integral do saldo de impostos e contribuições a recuperar da Controladora. Na Catlog houve trânsito em julgado favorável dessa ação, em 2020, que possibilitou a exclusão do ICMS destacado em seus documentos fiscais da base de cálculo do PIS e COFINS. Com a aquisição acionária integral da Catlog em 2022, os valores de crédito apurados, no valor total de R$ 23.890, foram contabilizados durante o próprio ano de 2022. Com a retomada das operações da empresa em fevereiro de 2023, os valores desses créditos passaram a ser compensados com pagamentos de débitos de tributos federais, sendo integralmente consumido no terceiro trimestre de 2024 com compensação de débitos de tributos federais.

Em sua Controlada TCE houve o ingresso de ação judicial que questionava a constitucionalidade da incidência do PIS e COFINS sobre os valores de ICMS destacados em seus documentos fiscais, que envolve o período desde agosto de 2003. Em 2021, antes do trânsito em julgado dessa ação, a partir de uma análise interna e de seus assessores externos sobre a consolidação favorável da tese, a Controlada levantou todos os valores desses créditos desde agosto de 2003 e realizou o respectivo registro contábil durante o ano de 2021 no valor de R$ 11.266, valor atualizado na data de 31 de dezembro de 2022. Em maio de 2023, houve o trânsito em julgado da ação de forma favorável, razão pela qual os valores desses créditos já contabilizados passaram a ser utilizados para compensação de tributos federais. Os saldos desses créditos foram integralmente consumidos no decorrer de 2024 (R$ 5.601 em 31 de dezembro de 2023) na Controlada.

8. Demais contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Ativo indenizatório	421	6	1.088	1.018
Adiantamento a fornecedores	13.551	10.735	16.101	13.570
Adiantamento funcionários	564	776	681	894
Outros créditos	1.401	620	1.750	631
	15.937	**12.137**	**19.620**	**16.113**
Circulante	14.906	11.521	17.922	14.485
Não circulante	1.031	616	1.698	1.628
	15.937	**12.137**	**19.620**	**16.113**

9. Investimentos

Controladas e empreendimentos controlados em conjunto

Controladora

	Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
	Investimento	Ágio líquido	Total	Investimento	Ágio líquido	Total
Controladas						
Tegma Cargas Especiais Ltda. (TCE)	72.786	6.363	79.149	75.399	6.363	81.762
Tegma Logística de Armazéns Ltda. (TLA)	33.799	-	33.799	25.078	-	25.078
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. (Niyati)	134.911	-	134.911	134.605	-	134.605
TegUp Inovação e Tecnologia Ltda. (TegUp)	15.801	-	15.801	6.833	-	6.833
Catlog Logística de Transportes S.A. (Catlog) (i)	-	-	-	61.371	-	61.371
Outros (ii)	11.863	-	11.863	1.416	-	1.416
	269.160	**6.363**	**275.523**	**304.702**	**6.363**	**311.065**
Empreendimentos controlados em conjunto						
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (GDL)	29.652	16.693	46.345	26.508	16.693	43.201
	29.652	**16.693**	**46.345**	**26.508**	**16.693**	**43.201**
	298.812	**23.056**	**321.868**	**331.210**	**23.056**	**354.266**

Consolidado

	Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
	Investimento	Ágio líquido	Total	Investimento	Ágio líquido	Total
Empreendimentos controlados em conjunto						
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (GDL)	29.651	16.693	46.344	26.508	16.693	43.201
Coligada indireta						
Rabbot Technologies Ltd	9.806	5.306	15.112	840	5.306	6.146
	39.457	**21.999**	**61.456**	**27.348**	**21.999**	**49.347**

(i) Em maio de 2024, a controlada Catlog Logística de Transportes Ltda. foi incorporada pela controladora Tegma Gestão de Logística S.A. conforme mencionado na nota explicativa nº 2 itens (ii).

(ii) Referem-se às controladas Fastline Logística Automotiva Ltda, Tech Cargo Plataforma de Transportes Ltda e Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.

Movimentação dos investimentos

Controladora

	TCE	TLA	Niyati	TLV	TegUp	Catlog	GDL	Outros (vi)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**69.340**	**15.708**	**105.659**	**44.534**	**7.542**	**15.485**	**41.061**	**1.375**	**300.704**
Equivalência patrimonial	12.169	6.643	3.368	257	(709)	16.679	16.999	72	55.478
Aumento de Capital (i)	253	2.727	27.468	-	-	-	-	-	30.448
Dividendos recebidos	-	-	(1.890)	-	-	(15.584)	(14.702)	(31)	(32.207)
Outros (ii) (iii)	-	-	-	(44.791)	-	44.791	(157)	-	(157)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**81.762**	**25.078**	**134.605**	**-**	**6.833**	**61.371**	**43.201**	**1.416**	**354.266**
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**81.762**	**25.078**	**134.605**	**-**	**6.833**	**61.371**	**43.201**	**1.416**	354.266
Equivalência patrimonial	7.215	5.505	3.506	-	(1.032)	5.026	30.298	2.649	53.167
Alteração de participação societária (v) (viii)	-	-	-	-	-	(66.397)	-	8.959	(57.438)
Aumento de capital (iv) (vii)	-	5.038	-	-	10.000	-	-	-	15.038
Dividendos	(9.828)	(1.822)	(3.200)	-	-	-	(27.154)	(1.161)	(43.165)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**79.149**	**33.799**	**134.911**	**-**	**15.801**	**-**	**46.345**	**11.863**	**321.868**

(i) Refere-se ao aumento de capital efetuado na controlada Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. por meio da transferência de ativos, conforme mencionado na nota explicativa nº 10 item (iii)

(ii) Incorporação da Tegma Logística de Veículos Ltda. pela Catlog Logística de Transporte S.A. conforme mencionado na nota explicativa nº 2 itens (i).

(iii) O montante de R$ 157 refere-se a outros abrangentes reconhecido na GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A.

(iv) Refere-se ao aumento de capital efetuado na controlada Tegma Logística de Armazéns Ltda, por meio de transferência de embalagens.

(v) Em maio de 2024 ocorreu a incorporação da Catlog Logística de Transportes Ltda.(controlada) pela Controladora. Conforme NE 2 item (iii). A Fastline Logística Automotiva Ltda passou a ser controlada direta da Companhia em R$8.255.

(vi) Refere-se às controladas Fastline Logística Automotiva Ltda, Tech Cargo Plataforma de Transportes Ltda e Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.

(vii) A Companhia realizou aumento de capital na TegUp Inovação e Tecnologia Ltda no montante de R$ 10.000.

(viii) Em dezembro de 2024, conforme NE 2 item (iv), a Companhia adquiriu 17% da FLL representado na coluna outros por R$704.

Consolidado

	2024			2023		
	GDL	Rabbot	Total	GDL	Rabbot	Total
Saldo em 1º de janeiro	**43.201**	**6.145**	**49.346**	**41.061**	**6.889**	**47.950**
Equivalência patrimonial	30.297	(1.033)	29.264	16.999	(743)	16.256
Dividendos recebidos	(27.154)	-	(27.154)	(14.702)	-	(14.702)
Aquisição na participação societária (i)	-	10.000	10.000	-	-	-
Outros	-	-	-	(157)	-	(157)
Saldo em 31 de dezembro	**46.344**	**15.112**	**61.456**	**43.201**	**6.146**	**49.347**

(i) TegUp Inovação e Tecnologia Ltda. Realizou aumento de capital na Rabbot Technologies Ltda no montante de R$ 10.000.

Participação da Controladora nos resultados das Controladas diretas, todas sendo sociedades por cotas de participação limitada, como também no total de seus ativos, passivos e resultado:

	TCE	TLA	Niyati	TegUp	Catlog	Outros (i)
Em 31 de dezembro de 2024						
Ativo	116.601	39.462	135.206	15.802	-	17.240
Passivo	43.815	5.663	295	1	-	5.377
Patrimônio líquido	72.786	33.799	134.911	15.801	-	11.863
Em 31 de dezembro de 2023						
Ativo	118.091	27.679	134.872	6.833	74.272	1.517
Passivo	42.692	2.602	267	-	12.901	101
Patrimônio líquido	75.399	25.078	134.605	6.833	61.371	1.416

De janeiro a dezembro de 2024

	TCE	TLA	Niyati	TegUp	Catlog	Outros (i)
Receita líquida dos serviços prestados	115.261	54.905	6.574	-	32.712	42.747
Custo dos serviços prestados	(96.684)	(43.838)	(3.164)	(1)	(28.048)	(29.014)
Lucro bruto	18.577	11.067	3.410	(1)	4.664	13.733
Despesas gerais e administrativas	(8.391)	(3.193)	(185)	(7)	(1.093)	(6.403)
Outras (despesas) receitas líquidas	(139)	(63)	-	-	-	(169)
	(8.530)	(3.256)	(185)	(7)	(1.093)	(6.572)
Lucro (prejuízo) operacional	10.047	7.811	3.225	(8)	3.571	7.161
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(1.033)	1.539	-
Resultado financeiro	763	581	1.514	7	1.459	455
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	10.810	8.392	4.739	(1.034)	6.569	7.616
Imposto de renda e contribuição social	(3.595)	(2.886)	(1.233)	2	(1.544)	(2.632)
Lucro (prejuízo) líquido do período	**7.215**	**5.506**	**3.506**	**(1.032)**	**5.025**	**4.984**

(i) Referem-se às controladas Fastline Logística Automotiva Ltda e Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.

De janeiro a dezembro de 2023

	TCE	TLA	Niyati	TLV	TegUp	Catlog	Outros (i)
Receita líquida dos serviços prestados	102.257	34.235	6.532	3.041	-	103.173	-
Custo dos serviços prestados	(83.700)	(24.468)	(2.987)	(3.101)	(2)	(91.054)	-
Lucro (prejuízo) bruto	18.557	9.767	3.545	(60)	(2)	12.119	-
Despesas gerais e administrativas	(461)	(146)	(340)	(1)	(1)	251	(8)
Outras despesas líquidas	(1.369)	(121)	-	-	-	3.311	1
	(1.830)	(267)	(340)	(1)	(1)	3.562	(7)
Lucro (prejuízo) operacional	16.727	9.500	3.205	(61)	(3)	15.681	(7)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	449	(744)	1.994	-
Resultado financeiro	533	225	1.329	2	51	4.127	105
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	17.260	9.725	4.534	390	(696)	21.802	98
Imposto de renda e contribuição social	(5.092)	(3.083)	(1.166)	(133)	(13)	(5.121)	(26)
Lucro (prejuízo) líquido do período	**12.168**	**6.642**	**3.368**	**257**	**(709)**	**16.681**	**72**

(i) Refere-se à controlada Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.

A seguir apresentamos os saldos totais das contas patrimoniais e de resultado (100%) da sociedade coligada e do empreendimento controlado em conjunto, respectivamente:

	GDL
Em 31 de dezembro de 2024	
Ativo	114.972
Passivo	55.671
Patrimônio líquido	59.301
Em 31 de dezembro de 2023	
Ativo	87.390
Passivo	34.373
Patrimônio líquido	53.017

	De janeiro a dezembro de 2024	De janeiro a dezembro de 2023
	GDL	GDL
Receita líquida dos serviços prestados	262.223	160.450
Custo dos serviços prestados	(157.461)	(98.962)
Lucro bruto	104.762	61.488
Despesas gerais e administrativas	(13.182)	(11.882)
Lucro (prejuízo) operacional	91.580	49.606
Resultado financeiro	(282)	716
Lucro antes dos impostos	91.298	50.322
Imposto de renda e contribuição social	(30.704)	(16.244)
Lucro líquido do período	**60.594**	**34.078**

10. Imobilizado

Política contábil: Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui, quando aplicável, os custos de financiamento relacionados com a construção de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear, considerando os seus custos e os seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	% anual	
	2024	2023
Edifícios	4,0	4,0
Computadores e periféricos	20,0	20,0
Instalações	10,0	10,0
Veículos	12,0	12,0
Máquinas e equipamentos/ferramentas	10,0	10,0
Benfeitorias em propriedade de terceiros	25,0	23,0
Móveis e utensílios e embalagens e outros	29,0	32,0

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas líquidas" na demonstração do resultado.

Movimentação do imobilizado

Controladora

	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis, utensílios, embalagens e outros (i)	Imobilizado em andamento (ii)	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2024	**2.322**	**6.262**	**1.877**	**5.831**	**41.633**	**2.776**	**6.077**	**6.575**	**2.210**	**75.563**
Aquisições (v)	-	-	312	571	12.603	710	8.776	909	6.225	**30.106**
Alienações	-	-	(51)	-	(643)	-	(3)	-	-	**(697)**
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.638)	**(3.638)**
Depreciação	-	(454)	(772)	(915)	(3.007)	(515)	(2.881)	(369)	-	**(8.913)**
Outros (iv)	-	-	5	-	76	-	3	(5.038)	(51)	**(5.005)**
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	**2.322**	**5.808**	**1.371**	**5.487**	**50.662**	**2.971**	**11.972**	**2.077**	**4.746**	**87.416**
Custo	2.322	11.334	8.089	11.208	87.603	11.209	70.826	5.074	4.746	**212.411**
Depreciação acumulada	-	(5.526)	(6.718)	(5.721)	(36.941)	(8.238)	(58.854)	(2.997)	-	**(124.995)**
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	**2.322**	**5.808**	**1.371**	**5.487**	**50.662**	**2.971**	**11.972**	**2.077**	**4.746**	**87.416**

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 11/03/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/11/TEGMA1581260511032025.pdf

Hash:17416514402488e0d33da34a59accff634c31529cf

continuação

Tegma Gestão Logística S.A.

e Empresas Controladas
CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações contábeis da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora

	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis, utensílios, embalagens e outros (i)	Imobilizado em andamento (ii)	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2023	**11.429**	**24.832**	**2.250**	**4.961**	**44.767**	**2.716**	**4.808**	**11.955**	**178**	**107.896**
Aquisições	-	94	559	1.733	1.283	623	3.159	1.326	2.010	**10.787**
Alienações	-	-	-	-	(1.720)	-	-	-	-	**(1.720)**
Transferências (iii)	(9.107)	(18.298)	-	(39)	-	(24)	-	-	24	**(27.444)**
Depreciação	-	(366)	(932)	(824)	(2.697)	(539)	(1.890)	(3.726)	-	**(10.974)**
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(2.980)	(2)	**(2.982)**
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	**2.322**	**6.262**	**1.877**	**5.831**	**41.633**	**2.776**	**6.077**	**6.575**	**2.210**	**75.563**
Custo	2.322	11.334	16.853	10.935	77.400	13.526	62.145	27.680	2.210	**224.405**
Depreciação acumulada	-	(5.072)	(14.976)	(5.104)	(35.767)	(10.750)	(56.068)	(21.105)	-	**(148.842)**
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	**2.322**	**6.262**	**1.877**	**5.831**	**41.633**	**2.776**	**6.077**	**6.575**	**2.210**	**75.563**

(i) As adições em móveis, utensílios, embalagens e outros no exercício findo estão substancialmente representadas por materiais de embalagens (divisão de logística integrada - segmento industrial).
(ii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente a obras e benfeitorias em curso.
(iii) Refere-se ao aumento de capital efetuado na controlada Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. por meio da transferência de ativos, conforme mencionado na nota explicativa nº 9 item i.
(iv) Refere-se se ao aumento de capital efetuado na controlada Tegma Logística de Armazéns Ltda, por meio de transferência de embalagens; e
(v) No exercício de 2024 houve renovação de cavalos mecânicos e semi reboques, sendo R$12.603 na Controladora.

Consolidado

	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis, utensílios, embalagens e outros (i)	Imobilizado em andamento (ii)	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2024	**63.138**	**64.478**	**1.935**	**8.908**	**65.680**	**4.005**	**10.906**	**8.756**	**2.694**	**230.500**
Aquisições (iv)	-	-	349	837	19.851	773	10.174	2.028	6.837	**40.849**
Alienações	-	-	(51)	-	(1.717)	(3)	-	(281)	-	**(2.052)**
Transferências (iii)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.638)	**(3.638)**
Depreciação	-	(3.301)	(794)	(1.471)	(4.780)	(734)	(4.729)	(4.158)	-	**(19.967)**
Outros	-	-	-	-	-	(28)	-	-	(51)	**(79)**
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	**63.138**	**61.177**	**1.439**	**8.274**	**79.034**	**4.013**	**16.351**	**6.345**	**5.842**	**245.613**
Custo	63.138	82.529	8.838	17.504	129.138	16.328	95.293	14.392	5.842	**433.002**
Depreciação acumulada	-	(21.352)	(7.399)	(9.230)	(50.104)	(12.315)	(78.942)	(8.047)	-	**(187.389)**
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	**63.138**	**61.177**	**1.439**	**8.274**	**79.034**	**4.013**	**16.351**	**6.345**	**5.842**	**245.613**

Consolidado

	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis, utensílios, embalagens e outros (i)	Imobilizado em andamento (ii)	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2023	**63.138**	**67.753**	**2.342**	**8.241**	**60.005**	**4.049**	**6.862**	**12.124**	**640**	**225.154**
Aquisições	-	94	559	2.036	12.528	732	7.150	1.407	2.032	**26.538**
Alienações	-	-	-	-	(2.788)	-	-	-	-	**(2.788)**
Transferências	-	-	-	-	(144)	-	144	-	24	**24**
Depreciação	-	(3.369)	(966)	(1.369)	(3.921)	(776)	(3.250)	(4.775)	-	**(18.426)**
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	**(2)**
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	**63.138**	**64.478**	**1.935**	**8.908**	**65.680**	**4.005**	**10.906**	**8.756**	**2.694**	**230.500**
Custo	63.138	82.529	20.076	16.990	115.389	19.880	85.221	31.660	2.694	**437.577**
Depreciação acumulada	-	(18.051)	(18.141)	(8.082)	(49.709)	(15.875)	(74.315)	(22.904)	-	**(207.077)**
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	**63.138**	**64.478**	**1.935**	**8.908**	**65.680**	**4.005**	**10.906**	**8.756**	**2.694**	**230.500**

(i) As adições em móveis, utensílios, embalagens e outros no exercício findo estão substancialmente representadas por materiais de embalagens (divisão de logística integrada - segmento industrial).
(ii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente a obras e benfeitorias em curso.
(iii) Refere-se a reclassificação para intangível em andamento conforme NE 11 item (i); e
(iv) No exercício de 2024 houve renovação de cavalos mecânicos e semi reboques, sendo R$12.603 na Controladora e R$6.903 na controlada Tegma Cargas Especiais (TCE).

Os montantes de depreciação e amortização foram registrados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023
Depreciação	(8.913)	(10.974)	(19.967)	(18.426)
Amortização	(5.887)	(5.712)	(6.179)	(5.916)
	(14.800)	**(16.686)**	**(26.146)**	**(24.342)**

Os montantes de depreciação e amortização segregados entre custos e despesas foram registrados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023
Custo dos serviços prestados	(10.443)	(12.953)	(21.751)	(20.237)
Despesas gerais e administrativas	(4.357)	(3.733)	(4.395)	(4.105)
	(14.800)	**(16.686)**	**(26.146)**	**(24.342)**

11. Intangível

Política contábil

Reconhecimento e Mensuração

Ágio: O ágio ("*goodwill*") é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida, sendo registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas ("*impairment*") e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional. O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Licenças de software: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia e suas Controladas, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de reconhecimento são atendidos. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Movimentação do intangível

Controladora

	2024						2023				
	Nortev	Boni Amazon	Ágio	Software (ii)	Intangivel em andamento	Total	Nortev	Boni Amazon	Ágio	Software	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro	**120.877**	**32.791**	**153.668**	**15.842**	**-**	**169.510**	**120.877**	**32.791**	**153.668**	**15.327**	**168.995**
Aquisições	-	-	**-**	2.885	13.524	**16.409**	-	-	**-**	6.251	**6.251**
Ativação	-	-	**-**	16.567	(16.567)	**-**	-	-	**-**	-	-
Transferências (i)	-	-	**-**	-	3.638	**3.638**	-	-	**-**	(24)	**(24)**
Amortização	-	-	**-**	(5.887)	-	**(5.887)**	-	-	**-**	(5.712)	**(5.712)**
Outros	-	-	**-**	(22)	-	**(22)**	-	-	**-**	-	**-**
Saldos líquidos em 31 de dezembro	**120.877**	**32.791**	**153.668**	**29.385**	**595**	**183.648**	**120.877**	**32.791**	**153.668**	**15.842**	**169.510**
Custo	120.877	34.851	**155.728**	83.320	595	**239.643**	120.877	34.851	**155.728**	64.163	**219.891**
Amortização acumulada	-	(2.060)	**(2.060)**	(53.935)	-	**(55.995)**	-	(2.060)	**(2.060)**	(48.321)	**(50.381)**
Saldos líquidos em 31 de dezembro	**120.877**	**32.791**	**153.668**	**29.385**	**595**	**183.648**	**120.877**	**32.791**	**153.668**	**15.842**	**169.510**

Consolidado

	2024							2023					
	Nortev	Boni Amazon	TCE	Ágio	Software (ii)	Intangível em andamento	Total	Nortev	Boni Amazon	TCE	Ágio	Software	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro	**120.877**	**32.791**	**6.364**	**160.032**	**16.748**	**-**	**176.780**	**120.877**	**32.791**	**6.364**	**160.032**	**16.072**	**176.104**
Aquisições	-	-	-	**-**	3.202	13.524	**16.726**	-	-	-	**-**	6.616	**6.616**
Ativação	-	-	-	-	16.567	(16.567)	**-**	-	-	-	-	-	-
Transferências (i)	-	-	-	**-**	-	3.638	**3.638**	-	-	-	**-**	(24)	**(24)**
Amortização	-	-	-	**-**	(6.179)	-	**(6.179)**	-	-	-	**-**	(5.916)	**(5.916)**
Outros	-	-	-	**-**	(22)	-	**(22)**	-	-	-	**-**	-	**-**
Saldos líquidos em 31 de dezembro	**120.877**	**32.791**	**6.364**	**160.032**	**30.316**	**595**	**190.943**	**120.877**	**32.791**	**6.364**	**160.032**	**16.748**	**176.780**
Custo	120.877	34.851	6.364	**162.092**	85.074	595	**247.761**	120.877	34.851	6.364	**162.092**	65.598	**227.690**
Amortização acumulada	-	(2.060)	-	**(2.060)**	(54.758)	-	**(56.818)**	-	(2.060)	-	**(2.060)**	(48.850)	**(50.910)**
Saldos líquidos em 31 de dezembro	**120.877**	**32.791**	**6.364**	**160.032**	**30.316**	**595**	**190.943**	**120.877**	**32.791**	**6.364**	**160.032**	**16.748**	**176.780**

(i) Refere-se a reclassificação entre imobilizado em andamento para intangível em andamento conforme NE 10 item (iii); e
(ii) Em 01 de novembro de 2024 a Companhia realizou o go live do novo ERP, reclassificando o saldo de R$16.537 de intangível em andamento para software.

Testes por redução ao valor recuperável (*impairment)*

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas de acordo com o segmento operacional. Os testes do ágio para verificação de *impairment* foram efetuados para os seguintes investimentos considerados relevantes:

	2024	2023
Nortev (automotivo)	120.877	120.877
TCE/Boni Amazon (logística integrada)	39.155	39.155
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A.	16.693	16.693
Rabbot Technologies Ltd	5.305	5.305

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são as que seguem:

	2024	2023
PIB (i)	2,00%	1,88%
Inflação anual (ii)	3,79%	3,58%
Crescimento perpetuidade (iii)	5,60%	3,50%
Taxa de desconto (iv)	14,24%	13,23%
Taxa de desconto (v)	16,71%	16,68%

(i) Média de projeção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para os próximos 5 anos em 2024 (5 anos em 2023), conforme informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil;
(ii) Média de projeção do crescimento do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) para os próximos 5 anos em 2024 (5 anos em 2023), conforme projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil;
(iii) Taxa de crescimento baseada nas projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) (2024 e 2023) e inflação anual (2024);
(iv) Taxa de desconto nominais apurada conforme avaliação de custo de capital da companhia (Nortev e TCE/Boni).
(v) Taxa de desconto nominais apurada conforme avaliação de custo de capital da companhia (GDL).

O valor a recuperar, calculado com base no valor em uso, das três UGCs, foi superior ao valor contábil, mesmo considerando um cenário com a taxa de desconto aumentando de 1,0 p.p. e a taxa de crescimento na perpetuidade aumentando 2,1 p.p. para as três UGCs. Nesse sentido, não houve necessidade de reconhecimento de perda por impairment no ano de 2024.

A Companhia procede com a realização de teste de testes de impairment para os intangíveis de vida útil indefinida (ágio) anualmente, ou em período inferior, caso identifique indícios de não recuperabilidade.

12. Empréstimos e financiamentos

Política contábil: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas Controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Empréstimos e financiamentos - moeda local				
NCE - Nota de crédito de exportação (a.i)	46.867	57.352	46.867	57.352
Finame (a.ii)	38.841	32.693	59.129	44.247
	85.708	**90.045**	**105.996**	**101.599**
Circulante	28.801	12.477	29.089	12.759
Não circulante	56.907	77.568	76.907	88.840
	85.708	**90.045**	**105.996**	**101.599**

Considerando os empréstimos bancários, o custo médio total da dívida bruta da Companhia foi de CDI + 1,60% em 31 de dezembro de 2024 (CDI + 1,55% em 31 de dezembro de 2023).

a. Empréstimos e financiamentos

i. NCE - Nota de crédito de exportação: Em março de 2019, a Companhia, firmou contrato de empréstimo em Reais com o Banco Bradesco S.A., sem garantia real, no montante de R$ 30.000, com vencimentos do principal em 3 parcelas iguais (março de 2022, março de 2023 e abril de 2024) e pagamentos de juros semestrais a partir de setembro de 2019. Em março de 2022, 2023 e abril de 2024 as respectivas parcelas foram quitadas. A taxa de juros negociada foi de CDI do período mais 1,14% ao ano. A taxa de juros desse contrato foi de 12,79% em 31 dezembro de 2023 (sem comparação devido à liquidação em abril/24). Essa operação não possuía qualquer cláusula restritiva (covenants). Em agosto de 2023, a Companhia firmou contrato de empréstimo em Reais com o Banco Santander S.A., sem garantia real, no montante de R$ 45.000, com vencimentos do principal em 2 parcelas iguais (agosto de 2025 e agosto de 2026) e pagamentos de juros semestrais a partir de fevereiro de 2024. A taxa de juros negociada foi de CDI do período mais 1,65% ao ano. A taxa de juros desse contrato em 31 de dezembro de 2024 é de 13,80% ao ano (31 de dezembro de 2023 é de 13,30% ao ano). Essa operação não possui qualquer cláusula restritiva (*covenants)*.

ii. BNDES Finame

TGL - Tegma Gestão Logística S.A.: Em novembro de 2022 a Companhia firmou contrato de empréstimo em Reais com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) na modalidade Finame Direto com crédito aprovado no montante de R$ 45.000 destinado à aquisição de bens de capital de fabricação nacional. Em dezembro de 2022 houve a liberação de parte do valor da linha crédito no valor principal de R$ 32.568 e em fevereiro de 2024 houve a liberação adicional de R$5.910, totalizando R$38.478 mediante a comprovação dos investimentos, de renovação de frota própria de cavalos mecânicos. Para essa parcela de captação, a taxa de juros negociada foi de SELIC + 1,50% ao ano, sendo que os juros são semestrais com período de carência de 2 (dois) anos. Após o período de carência a amortização do principal será mensal e o vencimento ocorrerá em dezembro de 2032 e fevereiro de 2034 para a parcela adicional. Considerando o indexador mencionado, a taxa de juros desse contrato é de 13,75% ao ano em 31 de dezembro de 2024 (13,25% ao ano em 31 de dezembro de 2023). A operação está sujeita à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros:

- Dívida líquida/LAJIDA (i) igual ou inferior a 2,50; e,
- LAJIDA/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50.

(i) LAJIDA - resultado líquido dos últimos 12 meses, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

TCE - Tegma Cargas Especiais Ltda.: Em setembro de 2023 a Tegma Cargas Especiais Ltda. firmou contrato de empréstimo em Reais com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) na modalidade Finame Direto com crédito aprovado no montante de R$ 20.000 destinado à aquisição de bens de capital de fabricação nacional. Em setembro de 2023 houve a liberação de parte do valor da linha crédito no valor principal de R$ 6.266 e em dezembro de 2023 houve a liberação adicional de R$5.005 e em maio de 2024 o valor de R$8.729, totalizando R$20.000, mediante a comprovação dos investimentos realizados nas aquisições de carretas silo, destinadas ao transporte de produtos químicos. Para essa captação, a taxa de juros negociada foi de SELIC + 1,69% ao ano, sendo que os juros são semestrais com período de carência de 3 (três) anos. Após o período de carência a amortização do principal será mensal e o vencimento ocorrerá em setembro de 2039, dezembro de 2039 e maio de 2040, respectivamente para cada uma das liberações mencionadas acima. Considerando o indexador, a taxa de juros desse contrato é de 13,94% ao ano em 31 de dezembro de 2024 (13,44% ao ano em 31 de dezembro de 2023). A operação está sujeita à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros:

- Índice de Dívida Líquida Sobre EBITDA em nível igual ou inferior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos); e
- EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas em nível igual ou superior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

Cronograma dos vencimentos

As parcelas vincendas, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
De 1 a 12 meses	28.801	12.477	29.089	12.759
De 13 a 24 meses	27.123	26.571	27.244	26.571
De 25 a 36 meses	4.810	26.571	6.017	26.723
De 37 a 48 meses	4.810	4.071	6.348	4.933
De 49 a 60 meses	4.810	4.071	6.348	4.933
De 61 a 72 meses	4.810	4.071	6.348	4.933
De 73 a 84 meses	4.810	4.071	6.348	4.933
De 85 a 96 meses	4.810	4.071	6.348	4.933
De 97 a 108 meses	739	4.071	2.277	4.933
De 109 a 120 meses	185	-	1.723	861
De 121 a 132 meses	-	-	1.538	861
De 133 a 144 meses	-	-	1.538	861
De 145 a 156 meses	-	-	1.538	861
De 157 a 168 meses	-	-	1.538	861
De 169 a 180 meses	-	-	1.418	861
De 181 a 192 meses	-	-	336	782
	85.708	**90.045**	**105.996**	**101.599**
Circulante	28.801	12.477	29.089	12.759
Não circulante	56.907	77.568	76.907	88.840
	85.708	**90.045**	**105.996**	**101.599**

Movimentações dos empréstimos e financiamentos.

Segue a movimentação para o exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Empréstimos e financiamentos				
Saldo em 1º de janeiro	**90.045**	**101.740**	**101.599**	**101.740**
Captação	5.910	45.000	14.639	56.271
Juros apropriados	10.453	12.337	12.479	12.620
Pagamento de principal	(10.000)	(55.000)	(10.000)	(55.000)
Juros pagos	(10.700)	(14.032)	(12.721)	(14.032)
Saldo em 31 de dezembro	**85.708**	**90.045**	**105.996**	**101.599**

13. Arrendamento e direito de uso

Política contábil: O reconhecimento e a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento são efetuados de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento. Os principais arrendamentos são constituídos por imóveis de terceiros, veículos e equipamentos ligados à operação e possuem vários prazos de vigência, com o último vencimento em dezembro de 2029. A Companhia e suas controladoras se valeram das isenções previstas, e os arrendamentos de curto prazo e os contratos de ativos de baixo valor permanece sendo contabilizados como "Alugueis e leasing" conforme podem ser observados na nota explicativa nº 22. A mensuração inicial dos contratos de arrendamento foi reconhecida pelo valor presente das suas contraprestações à uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo. A taxa nominal utilizada para o cálculo contempla a base de taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro e o spread de endividamento da Companhia. A remensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso é realizada para os contratos que sofrem alterações e/ou atualizações, e sua remensuração é reconhecida no passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso no mesmo montante. Para os contratos que são reajustados anualmente por índices de inflação e não tiveram mudanças em seus prazos contratuais e em seu escopo, as taxas iniciais são mantidas. Já para os novos contratos, renovações contratuais e/ou alterações no escopo, a taxa é revisada e aplicada a cada contrato, considerando a taxa livre de risco referente ao período de cada contrato, adicionada do spread de endividamento da Companhia no momento da alteração. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas nos novos contratos e renovações, levando em conta os prazos contratuais:

Prazo dos contratos	Taxas a.a. 31 de dezembro de 2024	Taxas a.a. 31 de dezembro de 2023
de 1 a 12 meses	15,09%	13,49%
de 13 a 24 meses	15,21%	15,11%
de 25 a 36 meses	15,54%	15,43%
de 37 a 48 meses	15,56%	15,41%
de 49 a 60 meses	16,36%	15,22%
de 61 a 72 meses	-	14,75%

Quando ocorrem modificações no arrendamento que diminuam o âmbito do contrato há a remensuração do ativo de direito uso e do passivo de arrendamento refletindo a extinção parcial ou total do contrato, com isso é reconhecido o ganho ou a perda na demonstração do resultado.

Segue movimentação do ativo de direito de uso para o exercício:

Controladora

	2024				2023			
	Imóveis	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Imóveis	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro	**61.643**	**549**	**808**	**63.000**	**52.237**	**576**	**-**	**52.813**
Adição	33.441	-	-	33.441	36.555	640	**976**	38.171
Baixa	-	-	(475)	(475)	-	-	-	-
Transferência	2.885	-	-	2.885	-	-	-	-
Amortização (i)	(26.345)	(549)	(333)	(27.227)	(27.149)	(667)	(168)	(27.984)
Saldos líquidos em 31 de dezembro	**71.624**	**-**	**-**	**71.624**	**61.643**	**549**	**808**	**63.000**
Saldos em 31 de dezembro								
Custo	197.000	2.931	-	199.931	153.068	2.207	976	156.251
Amortização acumulada	(125.376)	(2.931)	-	(128.307)	(91.425)	(1.658)	(168)	(93.251)
Saldos líquidos em 31 de dezembro	**71.624**	**-**	**-**	**71.624**	**61.643**	**549**	**808**	**63.000**
Saldos em 31 de dezembro								
Saldos com terceiros	47.513	-	-	47.513	35.785	549	808	37.142
Saldos com partes relacionadas (ii)	24.111	-	-	24.111	25.858	-	-	25.858
Saldos líquidos em 31 de dezembro	**71.624**	**-**	**-**	**71.624**	**61.643**	**549**	**808**	**63.000**

Consolidado

	2024				2023			
	Imóveis	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Imóveis	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos líquidos em 1º de janeiro	**55.506**	**600**	**9.043**	**65.149**	**47.841**	**625**	**-**	**48.466**
Adição	32.892	-	(305)	32.587	38.050	698	11.649	50.397
Baixa	-	-	(594)	(594)	-	-	(292)	(292)
Amortização (i)	(29.139)	(600)	(2.384)	(32.123)	(30.385)	(723)	(2.314)	(33.422)
Saldos líquidos em 31 de dezembro	**59.259**	**-**	**5.760**	**65.019**	**55.506**	**600**	**9.043**	**65.149**
Saldos em 31 de dezembro								
Custo	199.176	3.253	6.082	208.511	168.156	2.371	11.312	181.839
Amortização acumulada	(139.917)	(3.253)	(322)	(143.492)	(112.650)	(1.771)	(2.269)	(116.690)
Saldos líquidos em 31 de dezembro	**59.259**	**-**	**5.760**	**65.019**	**55.506**	**600**	**9.043**	**65.149**
Saldos em 31 de dezembro								
Saldos com terceiros	49.194	-	5.760	54.954	44.347	600	9.043	53.990
Saldos com partes relacionadas (ii)	10.065	-	-	10.065	11.159	-	-	11.159
Saldos líquidos em 31 de dezembro	**59.259**	**-**	**5.760**	**65.019**	**55.506**	**600**	**9.043**	**65.149**

(i) Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, os saldos patrimoniais apresentados na amortização de direito de uso estão brutos de impostos (PIS e COFINS), sendo R$ 27.227 na Controladora e R$ 32.123 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024 (R$ 27.984 na Controladora e R$ 33.422 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023), enquanto os montantes registrados no resultado são de R$ 25.042 na Controladora e R$ 29.489 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024 (R$ 25.467 na Controladora e R$ 30.422 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023).
(ii) Inclui R$ 14.046 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 14.699 em 31 de dezembro de 2023), referente ao direito de uso de arrendamento mercantil de imóveis com a controlada Niyati Empreendimentos e Participações Ltda., conforme nota explicativa nº 26.

Segue movimentação do passivo de arrendamento para o exercício:

Controladora

	2024				2023			
	Imóveis	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Imóveis	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 1º de janeiro	**66.805**	**533**	**829**	**68.167**	**57.050**	**619**	**-**	**57.669**
Adições	33.441	-	-	33.441	36.555	640	976	38.171
Baixas	-	-	(515)	(515)	-	-	-	-
Juros apropriados (i)	9.098	27	149	9.274	9.137	30	69	9.236
Transferência	3.665	-	-	3.665	-	-	-	-
Pagamento do principal	(25.165)	(533)	(314)	(26.012)	(26.703)	(722)	(147)	(27.572)
Pagamento de juros	(9.062)	(27)	(149)	(9.238)	(9.234)	(34)	(69)	(9.337)
Saldo em 31 de dezembro	**78.782**	**-**	**-**	**78.782**	**66.805**	**533**	**829**	**68.167**
Circulante	31.249	-	-	31.249	21.831	533	387	22.751
Não circulante	47.533	-	-	47.533	44.974	-	442	45.416
	78.782	**-**	**-**	**78.782**	**66.805**	**533**	**829**	**68.167**
Saldo com terceiros	50.546	-	-	50.546	38.357	533	829	39.719
Saldo com partes relacionadas (ii)	28.236	-	-	28.236	28.448	-	-	28.448
	78.782	**-**	**-**	**78.782**	**66.805**	**533**	**829**	**68.167**

Consolidado

	2024				2023			
	Imóveis	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Imóveis	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 1º de janeiro	**60.091**	**586**	**9.993**	**70.670**	**52.913**	**650**	**-**	**53.563**
Adições	32.892	-	(305)	32.587	38.047	698	11.649	50.394
Baixas	-	-	(643)	(643)	-	-	(292)	(292)
Juros apropriados (i)	7.436	29	1.379	8.844	7.977	33	1.282	9.292
Pagamento do principal	(29.178)	(581)	(1.809)	(31.568)	(30.869)	(762)	(1.359)	(32.990)
Pagamento de juros	(7.409)	(29)	(1.375)	(8.813)	(7.977)	(33)	(1.287)	(9.297)
Saldo em 31 de dezembro	**63.832**	**5**	**7.240**	**71.077**	**60.091**	**586**	**9.993**	**70.670**
Circulante	25.953	5	2.722	28.680	26.536	586	2.218	29.340
Não circulante	37.879	-	4.518	42.397	33.555	-	7.775	41.330
	63.832	**5**	**7.240**	**71.077**	**60.091**	**586**	**9.993**	**70.670**
Saldo com terceiros	52.259	5	7.240	59.504	47.668	586	9.993	58.247
Saldo com partes relacionadas (ii)	11.573	-	-	11.573	12.423	-	-	12.423
	63.832	**5**	**7.240**	**71.077**	**60.091**	**586**	**9.993**	**70.670**

(i) Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, os saldos patrimoniais apresentados em juros apropriados estão brutos de impostos (PIS e COFINS), sendo R$ 9.274 na Controladora e R$ 8.844 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024 (R$ 9.236 na Controladora e R$ 9.292 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023), enquanto os montantes registrados no resultado são de R$ 8.979 na Controladora e R$ 8.837 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024 (R$ 8.353 na Controladora e R$ 9.572 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023).
(ii) Inclui R$ 16.663 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 16.025 em 31 de dezembro de 2023), referente ao passivo de arrendamento de imóveis, na controladora, com a controlada Niyati Empreendimentos e Participações Ltda., conforme nota explicativa nº 26.

As parcelas vencíveis apresentam o seguinte cronograma de vencimentos do arrendamento mercantil:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
De 1 a 12 meses	31.249	22.751	28.680	29.340
De 13 a 24 meses	19.736	15.372	17.520	15.034
De 25 a 36 meses	11.402	16.921	9.825	15.810
Acima de 37 meses	16.395	13.123	15.052	10.486
	78.782	**68.167**	**71.077**	**70.670**
Circulante	31.249	22.751	28.680	29.340
Não circulante	47.533	45.416	42.397	41.330
	78.782	**68.167**	**71.077**	**70.670**
Saldo com terceiros	50.546	39.719	59.504	58.247
Saldo com partes relacionadas (i)	28.236	28.448	11.573	12.423
	78.782	**68.167**	**71.077**	**70.670**

A Companhia reconhece seus passivos de arrendamento pelo valor presente de suas contraprestações brutas, incluindo potenciais créditos de impostos que usufruirão no momento da quitação de cada parcela do arrendamento. Desse modo o potencial crédito tributário embutido no passivo de arrendamento e no ativo de direito de uso é de:

	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2023	
	Nominal	Valorpresente	Nominal	Valorpresente
Contraprestação do arrendamento	113.840	84.858	114.423	90.668
PIS e COFINS potencial (9,25%) (i)	8.872	6.313	10.513	7.619

(i) Os contratos de veículos e contratos com pessoas físicas não possuem crédito de PIS e COFINS.

Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, a Companhia e suas Controladas não consideram a inflação futura projetada no valor presente dos pagamentos futuros para a mensuração e remensuração dos seus passivos de arrendamento e ativos de direito de uso. Levando em conta que os prazos dos contratos de arrendamento são de no máximo 6 anos, não estimamos impactos relevantes nos saldos apresentados decorrentes das atuais taxas de juros no mercado brasileiro.

14. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	7.149	4.920	8.399	5.821
Imposto de renda retido na fonte (IRRF) de terceiros	181	106	194	149
Imposto predial e territorial urbano (IPTU)	-	414	-	422
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	17.583	15.119	19.181	16.632
Imposto sobre serviços (ISS)	975	713	1.461	1.126
Programa de integração social (PIS)	1.548	1.064	1.813	1.263
Outros tributos a recolher	405	336	422	450
	27.841	**22.672**	**31.470**	**25.863**

15. Salários e encargos sociais

Política contábil

(i) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia e suas Controladas possuem plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus. A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Férias a pagar	13.667	12.011	16.085	13.860
Instituto Nacional de Seguridade Social a pagar	3.281	3.043	3.907	3.465
Gratificações e participação nos lucros a pagar	9.810	9.386	10.581	9.898
Fundo de garantia por tempo de serviço a pagar	935	861	1.123	984
Outras	1.483	1.741	1.734	2.022
	29.176	**27.042**	**33.430**	**30.229**

(ii) Benefícios pós-emprego: A Companhia e suas Controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes. A lei nº 9.656/98 prevê que os empregados demitidos e/ou aposentados que contribuem com o custeio do plano privado de saúde possuem o direito de utilizar as mesmas condições de cobertura assistencial concedido pela Companhia e suas Controladas conforme as disposições legais. A Companhia possui o saldo de provisão do passivo atuarial no montante R$ 1.856 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2.475 em 31 de dezembro de 2023). As principais hipóteses e dados demográficos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são a seguir resumidas:

	2024	2023
Taxa de desconto	11,74%a.a.	9,71%a.a.
HCCTR	7,12%a.a.	7,12%a.a.
Inflação de longo prazo	4,0%a.a.	4,0%a.a.
Taxa de desligamento	66% ao ano	66% ao ano
Tábua de mortalidade geral (suavizada em 10%)	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

A Companhia efetuou as análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios em 31 de dezembro, conforme demonstrado a seguir:

2024

	Taxa de juros		Inflação	
	1,00%	(1,00%)	1,00%	(1,00%)
Obrigação Atuarial	447	(587)	(638)	483

2023

	Taxa de juros		Inflação	
	1,00%	(1,00%)	1,00%	(1,00%)
Obrigação Atuarial	585	(786)	(800)	601

A Companhia reconhece as perdas atuariais decorrentes de premissas atuariais diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, líquido de imposto de renda diferido apenas ao final do exercício, quando é auferido o cálculo atuarial por consultor independente.

16. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

Política contábil: Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação presente em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências existentes, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A mesma sistemática se aplica aos honorários advocatícios sobre as discussões administrativas ou judiciais sobre as referidas obrigações, ou seja, quando provável o êxito da Companhia em determinada discussão, os valores a serem pagos a título de honorários advocatícios são passíveis de provisão. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Quando a Companhia e suas Controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. Os depósitos judiciais são classificados no ativo não circulante e não são compensados com as referidas provisões. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros. Esses processos estão em discussão tanto na esfera administrativa como judicial e totalizam na Controladora, R$ 875.120 em 31 de dezembro de 2024, (R$ 810.108 em 31 de dezembro de 2023), no Consolidado R$ 887.476 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 826.628 em 31 de dezembro de 2023). As demandas judiciais, sempre que aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. Estes valores contemplam todos os processos classificados como prováveis, possíveis e remotos. As provisões para as eventuais perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração na medida em que há expectativa de desembolso futuro. Tais estimativas são amparadas em opinião de seus consultores jurídicos externos. Os valores mencionados acima são classificados conforme indicado a seguir:

Risco	Controladora 31 de dezembro de 2024	Controladora 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2024	Consolidado 31 de dezembro de 2023
Prováveis	18.674	24.904	21.692	28.015
Possíveis	155.515	132.124	163.409	142.625
Remotos	700.931	653.080	702.375	655.988
	875.120	**810.108**	**887.476**	**826.628**

continua...

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001,que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 11/03/2025

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/11/TEGMA1581260511032025.pdf
Hash:17416514402488e0d33da34a59accff634c31529cf

continuação

Tegma Gestão Logística S.A.

e Empresas Controladas

CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações contábeis da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Perdas prováveis e provisões constituídas: As provisões constituídas e correspondentes depósitos judiciais, quando aplicável, estão demonstrados a seguir:

	Controladora			
	Depósitos judiciais		Provisões para demandas judiciais	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Trabalhistas e previdenciárias	16.602	15.473	(14.636)	(14.287)
Tributárias	3.315	1.608	(149)	-
Cíveis (i)	549	332	(3.889)	(10.617)
	20.466	**17.413**	**(18.674)**	**(24.904)**

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para demandas judiciais	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Trabalhistas e previdenciárias	19.199	18.095	(17.526)	(17.098)
Tributárias	3.315	1.608	(149)	(135)
Cíveis (i)	664	553	(4.017)	(10.782)
	23.178	**20.256**	**(21.692)**	**(28.015)**

(i) Contém provisão decorrente da venda da Direct Express, firmada entre a Companhia e 8M Participações que prevê que a Companhia está obrigada a indenizar a 8M Participações por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos anteriores à data da compra, que superassem no seu valor agregado R$ 40.000. Por outro lado, a 8M Participações obriga-se a indenizar a Companhia por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos posteriores à data da compra. No exercício de 2017, o montante das obrigações pagas pela 8M Participações indenizáveis pela Companhia superaram o valor agregado. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo das provisões existentes, referente às contingências de conhecimento da Companhia, totaliza R$ 3.640 (R$ 10.082 em 31 de dezembro de 2023).

Abaixo segue a movimentação para o exercício:

	Controladora							
	2024				2023			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Cíveis	Total	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Cíveis	Total
Saldo em 01 de janeiro	**14.286**	**-**	**10.618**	**24.904**	**13.160**	**-**	**11.467**	**24.627**
Constituição (reversão)	1.158	9	16	1.183	1.546	174	63	1.783
Constituição INSS FAP	664	-	-	664	735	-	-	735
Demandas judiciais a pagar	-	-	-	-	-	-	(31)	(31)
Baixa por depósito judicial	(374)	-	65	(309)	(401)	-	(6)	(407)
Pagamento	(1.364)	-	(6.891)	(8.255)	(754)	(174)	(875)	(1.803)
Outros	347	140	-	487	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro	**14.717**	**149**	**3.808**	**18.674**	**14.286**	**-**	**10.618**	**24.904**

	Consolidado							
	2024				2023			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Cíveis	Total	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Cíveis	Total
Saldo em 01 de janeiro	**17.097**	**135**	**10.783**	**28.015**	**15.727**	**122**	**12.533**	**28.382**
Constituição (reversão)	1.721	14	92	1.827	2.335	163	(386)	2.112
Constituição INSS FAP	758	-	-	758	839	-	-	839
Demandas judiciais a pagar	-	-	-	-	-	-	(31)	(31)
Baixa por depósito judicial	(527)	-	(41)	(568)	(508)	-	(6)	(514)
Pagamento	(1.442)	-	(6.898)	(8.340)	(1.296)	(150)	(1.327)	(2.773)
Saldo em 31 de dezembro	**17.607**	**149**	**3.936**	**21.692**	**17.097**	**135**	**10.783**	**28.015**

Perdas possíveis não provisionadas no balanço: A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda possível classificado pela Administração e por seus consultores legais, conforme demonstramos os montantes abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Trabalhistas e previdenciárias	10.474	8.146	11.308	11.076
Tributárias	132.941	115.062	139.919	122.554
Cíveis	12.100	8.916	12.182	8.995
	155.515	**132.124**	**163.409**	**142.625**

a. Trabalhistas e previdenciárias

Referem-se principalmente, a casos relacionados com operações descontinuadas, bem como casos em que a Companhia responde solidariamente com prestadoras de serviços terceirizados.

No exercício de 2023, foi criado um novo fluxo de informações de consulta para classificação de causas trabalhistas e previdenciárias, com isso houve alteração na classificação de riscos de probabilidades entre causas possíveis e remotas.

b. Tributárias

As principais naturezas das discussões tributárias são:

- Questionamentos relativos a eventuais não recolhimentos de ISS e ICMS; e
- Questionamentos relativos à origem de créditos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS utilizados para compensações de débitos tributários.

A principal demanda decorre de créditos de PIS e COFINS sobre a integralidade dos gastos incorridos na subcontratação de empresas de transporte optantes pelo SIMPLES. A origem dessa contestação tem como base o reconhecimento de créditos em dezembro de 2017. Em decorrência desse fato a Companhia (i) realizou as retificações de suas Declarações de Débitos e Créditos de Tributos Federais (DCTF) dos 5 anos anteriores, com a finalidade de alocar esses valores de créditos de PIS e COFINS; e (ii) alterou sua forma de apuração das contribuições referente ao futuro. Durante o ano de 2018, a Companhia e sua controlada TCE receberam despachos decisórios da Receita Federal do Brasil referentes à não homologação das compensações de débitos tributários desses respectivos créditos apurados do passado. Importante mencionar que na época, não houve questionamento do mérito da origem do crédito, mas sim uma discrepância entre cruzamento de obrigações acessórias. A Companhia apresentou manifestações de inconformidade na esfera administrativa no decorrer do exercício de 2018. O valor na Controladora é R$ 42.445 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 39.892 em 31 de dezembro de 2023) e no Consolidado R$ 45.572 (R$ 42.829 em 31 de dezembro de 2023). Além disso, a Companhia tomou conhecimento da lavratura de auto de infração que questiona o uso desse crédito integral durante o ano calendário de 2019, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R$ 10.562 na Controladora e tomou conhecimento, em julho de 2024, de auto de infração no valor atualizado de R$ 15.485 na Controladora sobre os anos calendário de 2021 e 2022. Embora a Companhia e seus assessores externos entendam que a tese possua argumentos jurídicos consistentes, a Companhia, de forma conservadora, deixou de aplicar essa tese em 2023, passando a classificar esses valores em sua integralidade como chances possíveis de êxito. Em fevereiro de 2023 a Companhia recebeu o despacho decisório da Receita Federal que não homologou parte das compensações tributárias realizadas com créditos de PIS e COFINS provenientes da ação judicial, já transitada em julgado, que garantiu o direito de excluir o ICMS das suas respectivas bases de cálculo. Do valor do crédito utilizado de R$ 103.406 em compensações com débitos tributários, reconhecido nos exercícios de 2019 e 2020, não foram homologados R$ 20.037 em 31 de dezembro de 2024 (R$18.607 em 31 de dezembro de 2023), já com incidência de multa e juros. A Companhia apresentou tempestiva defesa contra esse despacho decisório. Em janeiro de 2018, a Companhia tomou conhecimento de uma cobrança efetuada pela fiscalização do ISS no município de Mauá/SP através de autos de infração emitidos entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018. Em 31 de dezembro de 2024 o montante atualizado dessa parcela da demanda é R$ 9.105 (R$ 8.264 em 31 de dezembro de 2023). Tal valor tem como base apenas a receita auferida pela filial de Mauá/SP e não a receita equivocadamente arbitrada pela fiscalização.

c. Cíveis: As principais ações indenizatórias correspondem a danos materiais, morais e pensionamento em virtude de acidentes de trânsito, envolvendo transportadoras subcontratadas pela Companhia.

Perdas remotas não provisionadas no balanço: A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda remota classificado pela Administração e por seus consultores legais, conforme demonstramos os montantes abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Trabalhistas e previdenciárias	17.409	27.545	18.260	28.806
Tributárias	678.571	621.625	679.163	622.801
Cíveis	4.951	3.910	4.952	4.381
	700.931	**653.080**	**702.375**	**655.988**

As principais demandas são:

- A principal demanda na esfera tributária decorre de parcela de uma cobrança efetuada pela fiscalização do ISS no município de Mauá/SP conforme citado acima, com valor total de R$ 678.082 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 621.255 em 31 de dezembro de 2023), no qual o município considerou de forma equivocada a receita bruta total auferida pela Companhia, e não somente a da filial de Mauá/SP que deveria ser a base da respectiva fiscalização. Neste contexto, com base no parecer dos advogados, a Companhia considera como perda remota o valor de R$668.977 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 612.991 em 31 de dezembro de 2023). Em fevereiro de 2018, a defesa da Companhia foi apresentada na esfera administrativa e toda a documentação suporte adicional foi disponibilizada ao município. Em 04 de julho de 2019, a Secretaria de Finanças do município solicitou informações adicionais, as quais foram disponibilizadas em 15 de agosto de 2019. Em agosto de 2021, a Companhia tomou ciência da decisão de 1ª instância que manteve integralmente os valores dos autos de infração. A Companhia apresentou os respectivos recursos administrativos em conjunto com um extenso relatório probatório de todas as receitas auferidas por cada filial durante o período fiscalizado com a finalidade de afastar o arbitramento sobre sua receita bruta. Atualmente, a Companhia aguarda o julgamento desses recursos pela segunda instância administrativa do Município de Mauá.
- Em dezembro de 2017, como parte das oportunidades tributárias referentes a créditos de PIS e COFINS, a Companhia apurou créditos sobre os gastos incorridos em itens do imobilizado aos últimos 5 anos de operações. A Companhia realizou a retificação de suas Declarações de Débitos e Créditos de Tributos Federais (DCTF) com a finalidade de alocar esses valores de créditos de PIS e COFINS. Durante o ano de 2018, a Companhia e sua controlada TCE receberam despachos decisórios da Receita Federal do Brasil referentes à não homologação das compensações de débitos tributários dos respectivos créditos. Importante mencionar que não houve questionamento do mérito da origem do crédito, mas sim uma discrepância entre cruzamento de obrigações acessórias. A Companhia apresentou manifestações de inconformidade na esfera administrativa no decorrer do exercício de 2018. Os assessores da Companhia classificaram as chances de perda como "remota". O valor na Controladora é R$ 8.028 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 7.547 em 31 de dezembro de 2023) e no Consolidado R$8.604 em 31 de dezembro de 2024(R$ 8.088 em 31 de dezembro de 2023).

Outros temas

a. Terço constitucional de férias: O Supremo Tribunal Federal - STF finalizou, em 28/08/2020, o julgamento do Recurso Extraordinário 1.072.485/PR (Tema 985 da Repercussão Geral) que considerou constitucional a incidência da contribuição previdenciária patronal (em regra, de 20%) sobre os valores pagos aos empregados a título de terço constitucional de férias. Com base nessa decisão, a Companhia realizou o depósito judicial do valor não recolhido da contribuição no passado em sua ação própria com a finalidade de aguardar modulação dos efeitos do julgamento do STF, decorrente de pedido realizado em sede embargos de declaração. Em 12/06/2024, o STF julgou esses embargos e, de forma definitiva, decidiu que os efeitos da respectiva decisão apenas podem ocorrer a partir do julgamento sobre o mérito. Dessa forma, a Companhia aguarda apenas a vinculação dessa decisão em seu processo próprio para poder levantar os valores depositados.

b. Contribuição sobre salário maternidade: A Companhia possui ação judicial, com ingresso em 2005, para fins de garantir o seu direito de não recolhimento da contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de salário maternidade às suas funcionárias. Com o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, em agosto de 2020, do processo com repercussão geral sobre o tema favorável ao contribuinte, a Companhia obterá muito possivelmente julgamento favorável em seu próprio processo. Dessa forma, a Companhia poderá, a partir do trânsito em julgado favorável em sua ação, realizar a restituição e/ou compensações tributárias dos valores pagos dessa contribuição no passado. Esses valores estão sendo levantados pela Companhia com base em documentos comprobatórios próprios de declarações e recolhimentos.

c. Busca e apreensão - Operação Pacto: No dia 17 de outubro de 2019 a Companhia foi alvo de mandado de busca e apreensão de dados e documentos autorizada pelo Juízo da 1ª Vara Criminal de São Bernardo do Campo, em virtude de investigação que, até então, não era do conhecimento da Companhia, e que foi iniciada por um "Acordo de Leniência Parcial" firmado por uma das empresas concorrentes da Tegma no mercado de transporte de veículos zero quilômetro. A investigação visa apurar suposta ação concertada no transporte de veículos zero quilômetro importados para um cliente da Companhia, do porto de Vitória à Estação Aduaneira do Interior, operação essa encerrada pela empresa em 2015, e que já naquela época representava um volume imaterial frente às receitas para a Companhia. A busca e apreensão em nada afetou as operações da Companhia. Em função dos eventos descritos, o Conselho de Administração determinou, em reunião do dia 01 de novembro de 2019, a constituição de um Comitê Independente, composto por três membros e assessorado por escritórios especializados, para conduzir uma investigação profunda e meticulosa dos fatos atribuídos à Companhia, objeto da documentação constante do Acordo de Leniência que deu origem à busca e apreensão mencionada. Em 30 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia recebeu o relatório e parecer final da investigação, o qual concluiu que não há evidências de práticas anticoncorrenciais, tampouco de qualquer ilícito capaz de sustentar as acusações que deram origem à Operação Pacto. Em setembro de 2022, foi oferecida da denúncia na referida Operação. Nenhum dos denunciados integra o quadro de colaboradores da Companhia e nem tampouco houve determinação de qualquer medida patrimonial em face da Tegma. Com relação ao CADE, foi instaurado Processo Administrativo, que se encontra ainda na fase inicial de citação dos envolvidos para apresentação de defesa.

17. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

Imposto de renda e contribuição social correntes: O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos ou passivos são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto são aquelas em vigor nas datas dos balanços. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, está limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os ativos de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro real futuro. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido, quando aplicável, por provisão, na medida em que deixe de ser provável que haverá lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social no balanço patrimonial são:

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Impostos de renda pessoa jurídica (IRPJ)	15.152	(21.851)	13.558	(7.104)	16.163	(22.404)	14.898	(8.924)
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	4.879	(8.721)	4.525	(3.150)	5.015	(8.982)	4.596	(3.996)
	20.031	**(30.572)**	**18.083**	**(10.254)**	**21.178**	**(31.386)**	**19.494**	**(12.920)**
Circulante	1.599	(30.572)	987	(10.254)	2.746	(31.386)	2.398	(12.920)
Não circulante (i)	18.432	-	17.096	-	18.432	-	17.096	-
	20.031	**(30.572)**	**18.083**	**(10.254)**	**21.178**	**(31.386)**	**19.494**	**(12.920)**

(i) Em setembro de 2021, o Plenário do STF encerrou o julgamento virtual do Recurso Extraordinário nº 1.063.187 favoravelmente aos interesses dos contribuintes ao considerar inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores de taxa básica de juros (SELIC) recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A Controladora possui ação própria sobre essa matéria, ainda sem decisão favorável e atrelada ao julgamento no STF. Sobre esse tema, a Controladora possui valores envolvidos que podem ser recuperados, especialmente no que se refere à tributação pelo IRPJ e CSLL, ocorrida em 2019, sobre a atualização dos valores de créditos PIS e COFINS reconhecidos, provenientes do trânsito em julgado de sua ação de repetição decorrentes da exclusão do ICMS de suas respectivas bases de cálculo. Com base no resultado do julgamento, a Controladora reconheceu em seu balanço de 30 de setembro de 2021 o montante de R$ 12.919. O saldo é de R$ 18.432 em 31 de dezembro de 2024 (R$17.096 em 31 de dezembro de 2023).

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	364.786	219.202	377.468	235.477
Alíquota nominal combinada imposto sobre a renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto sobre a renda e contribuição social pela alíquota nominal	**(124.027)**	**(74.529)**	**(128.339)**	**(80.062)**
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	18.077	18.863	9.950	5.527
Incentivos fiscais	-	8.636	-	9.713
Juros sobre capital próprio	10.537	9.640	10.537	9.640
Outras	444	(400)	996	1.617
	29.058	**36.739**	**21.483**	**26.497**
Imposto sobre a renda e contribuição social no resultado	**(94.969)**	**(37.790)**	**(106.856)**	**(53.565)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(99.347)	(39.391)	(107.820)	(57.691)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.378	1.601	964	4.126
	(94.969)	**(37.790)**	**(106.856)**	**(53.565)**
Alíquota efetiva	**26,0%**	**17,2%**	**28,3%**	**22,7%**

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Prejuízos fiscais				
Imposto de renda com prejuízos fiscais	-	-	1.979	2.885
Base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	-	-	1.191	1.517
	-	**-**	**3.170**	**4.402**
Diferenças temporárias ativas				
Provisões para PLR e gratificação	3.344	3.191	3.596	3.355
Perda Estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	1.129	356	1.255	705
Provisões para demandas judiciais	6.514	8.467	7.541	9.525
Provisões para fretes a pagar	2.116	719	2.187	1.048
Provisão de pedágios a pagar	3.785	920	3.788	1.021
Provisão *cut-off*	3.444	3.421	3.444	3.421
Passivo atuarial	1.856	2.475	1.856	2.475
Outras	9.657	5.796	10.731	7.765
	31.845	**25.345**	**34.398**	**29.315**
Diferenças temporárias passivas				
Amortização de ágio fiscal (i)	(20.459)	(20.459)	(20.459)	(20.459)
Diferença de taxa de depreciação (ii)	(8.795)	(7.283)	(13.873)	(10.947)
Outras	(1.661)	(1.491)	(1.662)	(1.491)
	(30.915)	**(29.233)**	**(35.994)**	**(32.897)**
	930	**(3.888)**	**1.574**	**820**

(i) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurado na aquisição de controladas, já amortizado na sua totalidade.

(ii) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre a diferença de depreciação de bens do ativo imobilizado pela aplicação de taxas de depreciação diferentes para fins fiscais e contábeis.

A segregação do imposto de renda e contribuição social diferidos entre ativo e passivo por empresa está apresentado a seguir:

	Consolidado			
	Em 31 de dezembro de 2024			
	Ativo	Passivo	Ativo líquido	Passivo líquido
Tegma Gestão Logística S.A.	31.845	(30.915)	930	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	2.023	(9)	2.014	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	49	-	49	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	3.363	(5.058)	-	(1.695)
TegUp Inovação e Tecnologia Ltda	9	-	9	-
Fastline Logística Automotiva Ltda.	279	(12)	267	-
	37.568	**(35.994)**	**3.269**	**(1.695)**

	Consolidado			
	Em 31 de dezembro de 2023			
	Ativo	Passivo	Ativo líquido	Passivo líquido
Tegma Gestão Logística S.A.	25.345	(29.233)	-	(3.888)
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	2.928	(7)	2.921	-
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	48	-	48	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	3.777	(3.698)	79	-
TegUp Inovação e Tecnologia Ltda	2	-	2	-
Fastline Logística Automotiva Ltda.	472	45	517	-
Catlog Logística de Transportes S/A.	1.145	(4)	1.141	-
	33.717	**(32.897)**	**4.708**	**(3.888)**

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldos em 01 de janeiro	**(3.888)**	**(5.404)**	**820**	**(3.221)**
Constituição – efeito resultado	4.378	1.601	964	4.126
Tributos diferidos sobre passivo atuarial	(210)	(85)	(210)	(85)
Outros (i)	650	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro	**930**	**(3.888)**	**1.574**	**820**

(i) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos adicionados as contas da Companhia em virtude da incorporação da Catlog Logística de Transportes Ltda pela Tegma Gestão Logística S.A. em maio de 2024.

A Companhia possui a seguinte expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
De 1 a 12 meses	6.369	5.069	9.963	9.708
De 13 a 24 meses	6.369	5.069	6.940	6.248
De 25 a 36 meses	6.369	5.069	6.888	5.919
De 37 a 48 meses	6.369	5.069	6.888	5.919
Acima de 48 meses	6.369	5.069	6.889	5.923
	31.845	**25.345**	**37.568**	**33.717**

18. Demais contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Movimentação de veículos e cargas	2.431	1.153	2.702	2.315
Pedágio	3.971	2.715	3.980	3.013
Aluguel	6.355	4.679	7.699	5.235
Seguros	10.888	6.579	11.502	7.103
Comunicação dados e voz	463	193	473	201
Benefícios	4.618	5.387	4.905	5.649
Serviços de consultoria	3.286	2.543	3.417	3.751
Manutenções diversas	2.659	1.700	3.074	2.059
Combustível	1	14	113	28
Impostos e taxas	169	9	198	29
Vigilância	3.006	1.641	3.166	1.802
Outros	1.594	3.153	4.551	5.447
	39.441	**29.766**	**45.780**	**36.632**
Circulante	39.441	29.766	45.780	36.632
	39.441	**29.766**	**45.780**	**36.632**

19. Patrimônio líquido

Política contábil

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido em uma conta redutora do capital, líquidos de impostos.

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio referente ao montante mínimo obrigatório, conforme o Estatuto Social da Companhia, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral, sendo destacado em conta específica no patrimônio líquido denominada de "Dividendo adicional proposto". O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. Quando deliberados pelo Conselho de Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

a. Capital social: Em 22 de fevereiro de 2024, foi aprovado, em Reunião do Conselho de Administração o aumento de capital social em R$120.315. O capital social da Companhia, totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2024, é de R$438.839 (R$318.524 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 66.002.915 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia é constituída da seguinte forma:

Categoria	**Quantidadede ações**	**% Total**
Mopia Participações e Empreendimentos Ltda.	15.396.481	23%
Cabana Empreendimentos e Participações Ltda.	4.817.704	7%
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	13.207.034	20%
Outros acionistas (pessoa física)	515.073	1%
Administradores	101	-
Tesouraria	65.143	-
Controladores, administradores e tesouraria	**34.001.536**	**52%**
Ações em circulação	32.001.379	48%
Total de ações	**66.002.915**	**100%**
Tesouraria	65.143	
	65.937.772	

b. Reservas de Lucro

Reserva Legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

Reserva de incentivos fiscais: A Companhia opta pela utilização do crédito presumido de ICMS no montante de 20% sobre o valor do débito na sua apuração, nos termos do Convênio CONFAZ ICMS 106/1996. Até dezembro de 2023, esses montantes foram equiparados a uma subvenção de investimento, por meio da Lei Complementar n°160/2017 e destinados para reserva de incentivos fiscais, nos termos do art. 195-A da Lei 6.404/76 e § 4º e 5º no artigo 30 da Lei 12.973/2014.

Com a publicação da Lei nº 14.879/2023, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024, a legislação sobre subvenção de investimento foi sensivelmente alterada, inclusive com expressa revogação dessa equiparação mencionada acima. Diante desse cenário, a manutenção de uma conta de reservas de incentivos fiscais passou a não ser mais necessária.

Em razão disso, esses valores de reserva de incentivos fiscais foram objeto de aumento de capital social da Companhia, evitando, com isso, a tributação desses valores pelo Imposto de Renda.

Reserva de retenção de lucros: A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos e remuneração de acionistas, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância do artigo 196, das Leis das Sociedades por Ações.

c. Ações em tesouraria: Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023, o saldo de ações em tesouraria corresponde a 65.143 ações ordinárias, no montante de R$ 343.

d. Dividendos e juros sobre capital próprio: O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado; e,
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto". Quando deliberados pelo Conselho de Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

Em 27 de abril de 2023 o Conselho de Administração da Companhia aprovou sua Política de Destinação de Resultados, que ratifica a Política Indicativa de Distribuição de Dividendos da Companhia aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2010, foi , para que as futuras distribuições de dividendos, inclusive juros sobre o capital próprio, sejam realizadas no mínimo em valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, calculado conforme disposto nos artigos 193 a 203 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, as práticas contábeis brasileiras e as regras da Comissão de Valores Mobiliários.

O cálculo dos dividendos referente ao exercício de 2024 e 2023 é assim demonstrado:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	269.817	181.412
Reserva legal	(13.491)	(9.071)
Reserva de incentivos fiscais	-	(25.294)
Base de cálculo	**256.326**	**147.047**
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	**64.082**	**36.762**
Dividendos intercalares pagos	112.094	54.728
Juros sobre capital próprio intercalares pagos	19.122	18.463
Dividendos adicionais propostos	28.469	35.606
Juros sobre capital próprio adicionais propostos	9.490	11.869
	169.175	**120.666**
Porcentagem sobre a base de cálculo	**66%**	**82%**

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2023, foi aprovada a proposta da Administração e destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que resultou na distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio complementares de R$ 39.563, aos acionistas da Companhia, sendo R$ 29.672 em dividendos e R$ 9.891 em juros sobre capital próprio, ambos pagos no dia 24 de abril de 2023. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de agosto de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R$ 28.353 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R$ 9.231 referente ao primeiro semestre do exercício de 2023, ambos pagos em 17 de agosto de 2023. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de novembro de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R$ 26.375 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R$ 9.231 referente ao terceiro trimestre do exercício de 2023, ambos pagos no dia 23 de novembro de 2023. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de abril de 2024, foi aprovada a proposta da Administração e destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que resultou na distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio complementares de R$ 47.475, aos acionistas da Companhia, sendo R$ 35.606 em dividendos e R$ 11.869 em juros sobre capital próprio, ambos pagos no dia 17 de abril de 2024. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de agosto de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R$ 73.850 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R$ 6.594 referente ao primeiro semestre do exercício de 2024, ambos pagos em 21 de agosto de 2024. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de novembro de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R$ 38.244 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R$ 12.528 referente ao terceiro trimestre de 2024, ambos pagos em 21 de novembro de 2024.

e. Passivo atuarial: Decorre de ganhos e perdas decorrentes de provisão de benefícios pós-emprego. Esse componente é reconhecido como outros resultados abrangentes no grupo de ajustes de avaliação patrimonial.

20. Informações por segmento de negócio

Política contábil: A Companhia classifica suas análises de negócios em:

- **Logística Automotiva:** divisão que realiza transferência e distribuição de veículos zero-quilômetro e usados, transferências portuárias e gestão de estoques e de pátios de montadoras de veículos e serviços de preparação de veículos para venda, composto pela Controladora e suas Controladas Tegmax, Tech Cargo, TLV, Niyati, Fastline, Catlog (até 01/05/2024 data de incorporação); e,
- **Logística Integrada:** divisão que realiza operações de transporte, armazenagem e gestão de estoque, para diversos segmentos de mercado como químico, eletrodoméstico e bens de consumo, composta por suas controladas TCE e TLA. A Companhia inaugurou em 2018 a Corporate Venture chamada de TegUp para fins de divulgação, a mesma é considerada na divisão logística integrada.

Segue abaixo resumo das informações por segmento de negócio:

	Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
	Logística automotiva	Logística integrada	Total	Logística automotiva	Logística integrada	Total
Ativo						
Ativo circulante	611.483	101.245	712.728	525.764	86.968	612.732
Ativo não circulante	546.077	70.589	616.666	521.544	65.435	586.979
	1.157.560	**171.834**	**1.329.394**	**1.047.308**	**152.403**	**1.199.711**
Passivo						
Passivo circulante	245.095	17.819	262.914	175.862	22.232	198.094
Passivo não circulante	115.307	29.764	145.071	142.340	22.732	165.072
Patrimônio líquido	797.158	124.251	921.409	729.106	107.439	836.545
	1.157.560	**171.834**	**1.329.394**	**1.047.308**	**152.403**	**1.199.711**

	Consolidado			Consolidado		
	De janeiro a dezembro de 2024			De janeiro a dezembro de 2023		
	Logística automotiva	Logística integrada	Total	Logística automotiva	Logística integrada	Total
Receita líquida dos serviços prestados	1.920.059	170.068	2.090.127	1.427.139	156.329	1.583.468
Custo dos serviços prestados	(1.462.179)	(126.391)	(1.588.570)	(1.113.980)	(107.714)	(1.221.694)
Despesas operacionais	(95.446)	(11.047)	(106.493)	(94.962)	(1.766)	(96.728)
Despesas com depreciação, amortização (i) e direito de uso (ii)	(38.463)	(17.172)	(55.635)	(37.868)	(16.896)	(54.764)
Resultado de equivalência patrimonial	30.348	(1.084)	29.264	5.721	10.535	16.256
Resultado financeiro	7.402	1.373	8.775	8.140	799	8.939
Imposto de renda e contribuição social	(100.380)	(6.476)	(106.856)	(45.284)	(8.281)	(53.565)
Lucro líquido do período	**261.341**	**9.271**	**270.612**	**148.906**	**33.006**	**181.912**

(i) R$ 21.751 em 2024 (R$ 20.238 em 2023) refere-se a parcela da depreciação atribuída ao custo dos serviços prestados e R$ 4.395 em 2024 (R$ 4.104 em 2023) atribuída a despesas gerais administrativas, totalizando R$ 26.146 em 2024 (R$ 24.342 em 2023), conforme nota explicativa nº 22.

(ii) R$ 28.765 em 2024 (R$ 29.782 em 2023) refere-se a parcela da amortização atribuída ao custo dos serviços prestados e R$ 724 em 2024 (R$ 640 em 2023) atribuída a despesas gerais administrativas, totalizando R$ 29.489 em 2024, (R$ 30.422 em 2023) conforme nota explicativa nº 22.

As receitas dos 7 maiores clientes representaram aproximadamente 79% do total das receitas em 2024 (79% em 2023).

Os serviços prestados pela divisão de logística automotiva e logística integrada são todos para clientes baseados em território nacional.

21. Receita líquida dos serviços prestados

Política contábil: A Companhia e suas Controladas prestam serviços com foco nas áreas de gestão logística, transporte e armazenagem em diversos setores da economia, tais como: automotivo, bens de consumo, químico e eletrodomésticos. A receita de transporte é reconhecida ao longo do tempo, com base na estimativa da duração do percurso, (proporcionalmente à evolução das viagens). A receita de armazenagem é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Os preços de serviços são determinados com base em acordos ou conforme contratos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas. A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023
Serviços logísticos	2.291.277	1.646.955	2.584.350	1.965.943
Serviços de armazenagem	-	-	873	5.496
	2.291.277	**1.646.955**	**2.585.223**	**1.971.439**
Descontos, seguros e pedágio	(108.354)	(94.818)	(116.519)	(105.041)
	2.182.923	**1.552.137**	**2.468.704**	**1.866.398**
Impostos incidentes	(332.093)	(237.493)	(378.577)	(282.930)
	1.850.830	**1.314.644**	**2.090.127**	**1.583.468**

22. Despesas por função e por natureza

A reconciliação das despesas por função é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023
Custo dos serviços prestados	(1.449.123)	(1.052.847)	(1.639.086)	(1.271.713)
Despesas gerais e administrativas	(90.505)	(94.384)	(107.546)	(96.818)
Despesas comerciais	(702)	(658)	(2.864)	(2.404)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.892)	(549)	(3.161)	(1.134)
	(1.543.222)	**(1.148.438)**	**(1.752.657)**	**(1.372.069)**

As despesas são apresentadas nos resultados individuais e consolidados por natureza, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023
Serviços de fretes - agregados	(1.269.129)	(893.807)	(1.394.937)	(1.065.520)
Salários	(93.337)	(86.468)	(109.636)	(97.942)
Encargos sociais	(50.711)	(47.814)	(60.701)	(54.550)
Serviços terceirizados	(71.298)	(52.302)	(78.120)	(58.741)
Aluguéis e leasing (i)	(24.817)	(6.437)	(27.399)	(7.480)
Depreciação e amortização	(14.800)	(16.686)	(26.146)	(24.342)
Amortização direito de uso	(25.042)	(25.467)	(29.489)	(30.422)
Benefícios a empregados	(30.417)	(26.447)	(37.647)	(30.289)
Custos variáveis	(14.421)	(5.487)	(16.997)	(17.487)
Outros gastos gerais	(4.205)	(16.289)	(23.965)	(19.954)
Manutenção	(18.625)	(17.802)	(28.009)	(25.569)
Combustíveis e lubrificantes	(14.640)	(13.483)	(17.362)	(15.764)
Utilidades	(3.335)	(3.445)	(3.996)	(3.894)
Comunicação	(2.432)	(2.217)	(2.655)	(2.396)
Outros gastos com pessoal	(11.743)	(9.622)	(13.018)	(10.635)
Custos rescisórios	(2.185)	(1.793)	(2.503)	(2.008)
Materiais	(3.378)	(3.447)	(4.091)	(3.674)
Despesa de viagem	(3.765)	(3.046)	(3.955)	(3.252)
Indenização de extravio	(1.035)	(770)	(1.056)	(895)
Contribuições e doações	(1.787)	(3.177)	(1.805)	(3.216)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.892)	(549)	(3.161)	(1.134)
Crédito PIS/COFINS	120.772	88.117	133.991	107.095
	(1.543.222)	**(1.148.438)**	**(1.752.657)**	**(1.372.069)**

(i) No segundo semestre de 2024, para atender o volume de veículos desembarcados no Brasil, a Companhia realizou a contratação esporádica de pátios.

23. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023
Recuperação de despesas	701	1.453	868	1.607
Ajustes de estoques	-	(19)	(35)	(47)
(Perda) ganho na venda de ativo imobilizado líquido	266	(118)	778	(176)
Baixa direito de uso / arrendamento	41	-	50	-
Constituição de provisões para demandas judiciais e indenizações pagas	(1.183)	(1.783)	(1.827)	(2.112)
Outras receitas (despesas) operacionais	2.234	(2.620)	2.125	(389)
	2.059	**(3.087)**	**1.959**	**(1.117)**

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023
Receitas financeiras				
Juros ativos	3.873	4.403	4.760	6.104
Atualização monetária INSS FAP	1.091	862	1.184	966
Receita de aplicação financeira	20.429	20.465	28.873	29.290
Ganhos cambiais	382	-	399	-
Outras	71	209	71	226
	25.846	**25.939**	**35.287**	**36.586**
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos bancários	(10.453)	(12.337)	(12.479)	(12.620)
Despesas bancárias	(1.952)	(1.747)	(2.074)	(1.908)
Perdas cambiais	-	(711)	-	(711)
Juros sobre arrendamento mercantil	(8.979)	(8.353)	(8.837)	(9.572)
Atualização monetária INSS FAP	(1.091)	(862)	(1.184)	(966)
Juros passivos	(234)	(116)	(353)	(175)
Outras despesas financeiras	(1.185)	(1.208)	(1.585)	(1.695)
	(23.894)	**(25.334)**	**(26.512)**	**(27.647)**
	1.952	**605**	**8.775**	**8.939**

25. Resultado por ação

a. Lucro básico por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício:

	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023
Lucro atribuível aos acionistas da companhia	269.817	181.412
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (sem ações em tesouraria)	65.937.772	65.937.772
Lucro básico por ação em Reais	**4,09**	**2,75**

b. Lucro diluído por ação: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias (excluídas as ações em tesouraria), para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos. Em 2024 e 2023, a Companhia não possui qualquer fator diluidor em relação ao básico. Dessa forma, o lucro diluído por ação em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é igual ao lucro básico por ação, de R$ 4,09 e R$ 2,75, respectivamente.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 11/03/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/11/TEGMA1581260511032025.pdf

Hash:17416514402488e0d33da34a59accff634c31529cf

continuação

Tegma Gestão Logística S.A.

e Empresas Controladas

CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações contábeis da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Partes relacionadas

A Companhia realiza no curso normal de seus negócios, operações de transportes, aluguel de imóveis, entrega e inspeção de pré-entrega (*Pre-Delivery Inspection* - PDI) com partes relacionadas a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições compatíveis com as condições de mercado. A Companhia também realiza rateio de custos e despesas operacionais.

a. Transações com empresas relacionadas

Balanço patrimonial

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**31 de dezembro de 2024**	**31 de dezembro de 2023**	**31 de dezembro de 2024**	**31 de dezembro de 2023**
Ativo Circulante				
Partes relacionadas				
Grupo Itavema (i)	502	188	503	188
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	34	34
Tegma Cargas Especiais Ltda.	1.194	67	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	691	52	-	-
Rabbot Serviços de Tecnologia S.A.	-	37	-	37
Fastline Logística Automotiva Ltda.	1.124	1.154	-	-
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	19	-	-	-
Outros	-	2	-	33
	3.530	**1.500**	**537**	**292**
Total do ativo circulante	**3.530**	**1.500**	**537**	**292**
Ativo Não Circulante				
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas				
GDL Logística Integrada S.A. (iii)	1.115	1.115	1.115	1.115
Total do realizável a longo prazo	**1.115**	**1.115**	**1.115**	**1.115**
Direito de uso				
GDL Logística Integrada S.A. (iv)	2.374	192	2.374	192
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	14.046	14.699	-	-
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (ii)	7.691	10.967	7.691	10.967
	24.111	**25.858**	**10.065**	**11.159**
Total ativo não circulante	**25.226**	**26.973**	**11.180**	**12.274**
Total do ativo	**28.756**	**28.473**	**11.717**	**12.566**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**31 de dezembro de 2024**	**31 de dezembro de 2023**	**31 de dezembro de 2024**	**31 de dezembro de 2023**
Passivo circulante				
Arrendamento mercantil				
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	6.397	2.982	-	-
GDL Logística Integrada S.A. (iv)	2.181	105	2.181	105
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (ii)	4.953	3.511	4.953	3.511
	13.531	**6.598**	**7.134**	**3.616**
Partes relacionadas				
Catlog Logística de Transporte S.A.	-	212	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda	18	17	-	-
GDL Logística Integrada S.A. (iii)	88	103	114	110
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	577	429	-	-
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda.	447	427	447	427
Tegma Cargas Especiais Ltda.	-	5	-	-
Rabbot Serviços de Tecnologia S.A.	75	120	100	194
Fastline Logística Automotiva Ltda.	4	3	-	-
	1.209	**1.316**	**661**	**731**
Total do passivo circulante	**14.740**	**7.914**	**7.795**	**4.347**
Passivo não circulante				
Arrendamento mercantil				
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	10.266	13.043	-	-
GDL Logística Integrada S.A. (iv)	171	-	171	-
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (ii)	4.268	8.807	4.268	8.807
	14.705	**21.850**	**4.439**	**8.807**
Partes relacionadas				
GDL Logística Integrada S.A. (iii)	504	504	524	524
Total do passivo não circulante	**15.209**	**22.354**	**4.963**	**9.331**
Total do passivo	**29.949**	**30.268**	**12.758**	**13.678**

Demonstração do resultado exercício

	Controladora		Consolidado	
	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	**De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023**	**De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024**	**De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023**
Receita de serviços prestados				
Grupo Itavema (i)	1.093	535	1.411	542
Tegma Cargas Especiais Ltda.	1	-	-	-
Fastline Logística Automotiva Ltda.	6.371	5.595	-	-
	7.465	**6.130**	**1.411**	**542**
Despesas gerais e administrativas				
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	(6.977)	(6.121)	-	-
GDL Logística Integrada S.A . (iii) (iv)	(3.614)	(1.301)	(3.624)	(1.343)
Tegma Cargas Especiais Ltda.	(1)	(5)	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda	(38)	(57)	-	-
Fastline Logística Automotiva Ltda.	-	(18)	-	-
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (ii)	(5.539)	(5.587)	(5.539)	(5.587)
Rabbot Serviços de Tecnologia S.A.	(965)	(759)	(1.195)	(855)
Grupo Itavema (i)	(16)	-	(16)	-
Fundação Otacilio Coser (v)	(984)	(100)	(1.015)	(100)
	(18.134)	**(13.948)**	**(11.389)**	**(7.885)**
Outras receitas operacionais				
Grupo Itavema (i)	16	14	16	14
Tegma Cargas Especiais Ltda.	7.430	408	-	-
GDL Logística Integrada S.A. (iii) (iv)	218	-	218	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	3.602	393	-	-
Fastline Logística Automotiva Ltda.	4.011	281	-	-
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	162	-	-	-
Catlog Logística de Transporte S.A.	1.006	69	-	-
	16.445	**1.165**	**234**	**14**
Resultado financeiro				
Outros	-	22	3	3
	5.776	**(6.631)**	**(9.741)**	**(7.326)**

(i) A Companhia mantém contrato de prestação de serviços de armazenamento, transporte, revisão e entrega de veículos, bem como de revisão, entrega e inspeção de pré-entrega (Pre-Delivery Inspection - PDI) com algumas empresas do Grupo Itavema, empresas essas, relacionadas de forma direta e/ou indireta com a Companhia, através da sua Controladora Mopia Participações e Empreendimentos Ltda. ("Mopia");

(ii) A Companhia mantém com a Pactus Empreendimentos e Participações Ltda., sociedade sob controle comum da Companhia, contrato de locação de imóveis comerciais localizados em São Bernardo do Campo-SP e Gravataí-RS, dessa forma esse contrato enquadra-se na nova norma CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil;

(iii) Conforme negociação entre a Companhia e a Holding Silotec na formação do empreendimento controlado em conjunto, parte dos ativos da antiga controlada Tegma Logística Integrada S.A. deverão ser reembolsados à Tegma Gestão Logística S.A conforme sua realização. Do mesmo modo parte dos passivos deverão ser pagos pela Tegma Gestão Logística S.A;

(iv) A Controladora mantém com a GDL Logística Integrada S.A., sociedade sob controle comum da Companhia, contrato de locação de imóveis comerciais localizados em Cariacica-ES, dessa forma esse contrato enquadra-se na nova norma CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil.

(v) A Companhia disponibilizou recursos à Fundação Otacilio Coser (FOCO). A FOCO atua desde 1999 no fortalecimento dos elos entre comunidades, escolas e empresas por meio de programas de desenvolvimento de Comunidades Sustentáveis, Rede Escolaí e Blend Program. A Fundação é mantida pela COIMEXPAR, holding do Grupo COIMEX (controladora da Tegma), e atua em comunidades em São Paulo e no Espírito Santo.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente, os conselheiros, os diretores estatutários e eventuais pessoas relacionadas à acionistas controladores indiretos. A remuneração paga ou a pagar por serviços na condição de empregados está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	**De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023**
Salários e encargos	(6.380)	(7.894)
Honorários de diretoria (Conselheiros)	(4.067)	(3.877)
Participação nos lucros	(3.063)	(3.684)
	(13.510)	**(15.455)**

27. Seguros

A Companhia e suas Controladas mantêm seguros, sendo a cobertura contratada, como indicado a seguir, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades:

- Transporte de cargas - cobertura variando, conforme natureza e tipo de transporte, cobertura de até R$ 1.700 para carga geral e para veículos de acordo com o modelo transportado, com vigência de 31 de janeiro de 2025 até 31 de janeiro de 2026;
- Armazenagem de mercadorias, essa cobertura, de forma variável, conforme local e tipo de mercadoria, ficou estipulada equivalente a R$ 170.000, com vigência de 31 de outubro de 2024 até 31 de outubro de 2025;
- Responsabilidade civil contra terceiros danos materiais, corporais, morais e acidentes pessoais - cobertura até R$1.000, e no caso de frota de terceiros a cobertura é a mesma, com vigência de 30 de junho de 2024 até 30 de junho de 2025;
- Frota de apoio - casco colisão, roubo e incêndio - 100% do valor de mercado tabela FIPE, vigência de 25 de janeiro de 2025 até 25 de janeiro de 2026;
- Demais bens do ativo imobilizado, incêndio, raio, explosão, furto qualificado, danos elétricos e outros - cobertura compreensiva corporativa de R$ 45.000 com vigência 31 de outubro de 2024 até 31 de outubro de 2025;
- Responsabilidade civil de administradores - cobertura de R$ 80.000 com vigência de 29 de dezembro de 2024 até 29 de dezembro de 2025;
- Seguro de Responsabilidade Riscos Ambientais – Cobertura R$ 10.000 com vigência 30 de outubro de 2024 a 30 de outubro de 2025; e
- Seguro de Proteção de dados e Responsabilidade Cibernética (Cyber Edge) - Cobertura R$ 20.000, com vigência 30 de outubro de 2024 a 30 de outubro de 2025.

A Administração da Companhia, considerando os custos financeiros envolvidos na contratação de seguros para sua frota de caminhões e semirreboques, bem como a probabilidade da ocorrência de sinistros e seus eventuais impactos financeiros na operação, adota a política de não contratar essa proteção, mantendo, todavia, seguros para o ramo da responsabilidade civil contra terceiros, como mencionado anteriormente.

28. Informação suplementar das demonstrações dos fluxos de caixa

A preparação e apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, é efetuada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa.

Abaixo estão apresentadas suas informações adicionais:

	Controladora		Consolidado	
	De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024	**De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023**	**De Janeiro de 2024 a Dezembro de 2024**	**De Janeiro de 2023 a Dezembro de 2023**
Aquisições de imobilizado não pagas	1.512	1.394	2.652	4.994
Aquisições de imobilizado de períodos anteriores pagas no período corrente	1.327	13.851	2.831	14.123
Receita na venda imobilizado não recebida	18	1.276	18	1.276
Aquisições de intangível não pagas	1.354	343	1.354	415
Aquisições de intangível de períodos anteriores pagas no período corrente	299	731	370	826
Compensações de Imposto de renda e contribuição social correntes	79.023	34.571	82.010	41.966
Novos contratos de arrendamento	33.441	38.171	32.587	50.394
Atualização monetária INSS FAP	664	735	758	839
Dividendos não recebidos	-	-	-	-
Aporte de Capital por meio de ativos	5.038	30.424	-	-
Aquisições de imobilizado emandamento	51	2	79	2
Aquisições de intangível emandamento	595	-	595	-

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos
Membro Titular e Presidente do Conselho de Administração (conselheiro independente)
Fernando Luiz Schettino Moreira
Membro Titular do Conselho de Administração
Evandro Luiz Coser
Membro Titular e Vice-Presidente do Conselho de Administração

Orlando Machado Júnior
Membro Titular do Conselho de Administração
Mario Sergio Moreira Franco
Membro Titular do Conselho de Administração
Décio Carbonari de Almeida
Membro Titular do Conselho de Administração (conselheiro independente)

DIRETORIA

Nivaldo Tuba
Diretor Presidente
Ramón Pérez Arias Filho
Diretor-Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores
Tarcísio Francisco Felisardo
Diretor

CONSELHO FISCAL

Marco Tulio Clivati Padilha
Mauro Stacchini Jr.
Rubens Barletta

CONTADOR

Sandro Peixoto da Silva
CRC 1SP245724/O-7

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 80"), os diretores da Tegma Gestão Logística S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.351.144/0001-18, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Bernardo do Campo, 10 de março de 2025
DIRETORIA
Nivaldo Tuba - Diretor Presidente
Ramón Pérez Arias Filho - Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 80"), os diretores da Tegma Gestão Logística S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.351.144/0001-18, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido pela BDO RCS Auditores Independentes SS, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2024.

São Bernardo do Campo, 10 de março de 2025
DIRETORIA
Nivaldo Tuba - Diretor Presidente
Ramón Pérez Arias Filho - Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Tegma Gestão Logística S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia (controladora e consolidado), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e, considerando ainda, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, emitido pela BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Major Quedinho, nº 90, 3º andar, Centro, CEP 01.050-901, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo CRC 2 SP sob o nº 013846/O-1 e no CNPJ/MF sob nº 54.276.936/0001-79, BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda em 10 de março de 2025, o Conselho Fiscal **opina** que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo a distribuição antecipada de dividendos, o orçamento de capital para o exercício de 2025 em todos os seus aspectos relevantes estão adequadamente apresentados e em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

São Bernardo do Campo, 10 de março de 2025
CONSELHEIROS
Marco Tulio Clivati Padilha
Mauro Stacchini Jr.
Rubens Barletta

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.
Companhia de Capital Aberto
CNPJ/ME nº 02.351.144/0001-18 - NIRE 35.300.340.931

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA PARA O EXERCÍCIO DE 2024

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria não estatutário **("Comitê") da Tegma Gestão Logística S.A. ("Companhia")** é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, a quem reporta, com autonomia operacional. Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração nas suas atividades de supervisão da qualidade e integridade dos relatórios financeiros, na aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, na adequação dos processos relativos às áreas de controles internos, gestão de riscos, Compliance e as atividades dos auditores interno e independente.

As funções do Comitê são desempenhadas com base nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Externos, da Auditoria Interna, da área de Compliance e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e pela elaboração das demonstrações financeiras.

2. HISTÓRICO

Em 23 de março de 2023 foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia a reeleição dos membros do Comitê de Auditoria, sendo: (i) Décio Carbonari de Almeida (membro independente do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria); (ii) Fernando Dal-Ri Murcia (membro independente e especialista em contabilidade e finanças - audit committee financial expert do Comitê de Auditoria); e (iii) Vanessa Claro Lopes (membro independente e coordenadora do Comitê de Auditoria).

3. ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA

Para acompanhamento do exercício de 2024 o Comitê realizou 12 reuniões, nas quais participaram membros da Diretoria, Auditores Internos e Externos, gestores das áreas de Compliance, Gestão de Riscos, Controles Internos e Segurança da Informação (TI), além de outros membros da Administração e empregados da Companhia, conforme convocados pelo Comitê.

O Gerente da Auditoria Interna e a Diretora do Jurídico e Compliance são convidados permanentes das reuniões do Comitê. Ao final de todas as suas reuniões, os membros do Comitê de Auditoria, e apenas estes, se reúnem com o Presidente da Companhia para um resumo dos pontos relevantes discutidos durante a reunião.

Um dos membros independentes do Conselho de Administração é membro efetivo do Comitê de Auditoria, atualizando sempre que necessário o Conselho de Administração sobre eventuais pontos críticos debatidos durante as reuniões do Comitê. Adicionalmente, o órgão se reune com o Conselho de Administração trimestralmente, e sempre que necessário, para reporte de suas atividades e pontos de atenção.

Dentre os assuntos discutidos durante as reuniões do Comitê de Auditoria ao longo do ano de 2024, destacam-se:

a. Acompanhamento e avaliação dos trabalhos da Auditoria Interna, incluindo a validação do seu plano de trabalho e orientação de suas atividades;
b. Aprovação do Plano Anual da Auditoria Interna para 2024;
c. Apreciação dos trabalhos da área de Controles Internos e Gestão de Riscos, contribuindo com escopo de trabalho e monitoramento de resultados;
d. Acompanhamento dos trabalhos da área de Compliance, incluindo resultados dos trabalhos para gestão do canal de denúncias;
e. Apreciação dos relatórios de Controles Internos emitidos pelos Auditores Independentes;
f. Apreciação e recomendação de melhorias na estrutura de governança da Companhia, incluindo o modus operandi na interação das áreas de Controles Internos, Auditoria Interna, Compliance, Gestão de Riscos e Segurança da Informação;
g. Interação com o CEO da Companhia para apresentação dos pontos relevantes debatidos em cada reunião do Comitê e recomendação das medidas de melhoria envolvendo a estrutura de controles internos e Demonstrações Financeiras;
h. Apreciação e validação da proposta do plano de trabalho dos Auditores Independentes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como acompanhamento da evolução dos trabalhos ao longo do exercício;
i. Apreciação acerca das Informações Contábeis Trimestrais da Companhia ao longo do exercício social de 2024, promovendo discussões com os Auditores Independentes sobre os resultados dos trabalhos e conclusões;
j. Apreciação acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 2024, acompanhadas do relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes.

Auditoria Externa – BDO

O Comitê mantém com os auditores externos um canal de interlocução periódica para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros. Para o exercício de 2024 o Comitê se reuniu com os auditores externos da Companhia em 6 ocasiões, todas sem a presença da Diretoria da Companhia.

O Comitê acompanhou as atividades de auditoria externa independente a fim de avaliar a sua independência, a qualidade e a adequação dos serviços prestados. Além disso, avaliou o planejamento de auditoria relativo ao exercício de 2024, não tendo sido informado pelos auditores independentes sobre dificuldades para realização e conclusão de seus trabalhos.

Auditoria Interna

O Comitê acompanhou o processo de auditoria desenvolvido pela área de Auditoria Interna, por meio da realização de reuniões periódicas para acompanhamento da execução do plano de auditoria do exercício de 2024. Além disso, avaliou o planejamento de seus trabalhos relativos ao exercício de 2024.

O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos que possam afetar de forma relevante a sustentabilidade da Companhia, tendo sido, de todo modo, os mais relevantes compartilhados com o Presidente da Companhia e também com o Conselho de Administração nos encontros com o Comitê.

4. CONCLUSÃO

O Comitê atuou com a devida governança mediante a realização de reuniões, interações e avaliações independentes, conforme determina o seu Regimento Interno, suportando assim as iniciativas da Companhia no sentido de rever processos, controles, políticas e recomendar melhorias.

Ao longo do exercício de 2024 e até a emissão do presente Relatório, não foram compartilhados pelos Auditores Independentes, pela Administração e pelas áreas de

Auditoria Interna, Controles Internos, Gestão de Riscos, Compliance e Segurança da Informação deficiências significativas na estrutura de controles da Companhia, tampouco situações nas quais exista divergência significativa entre a Administração da Companhia, os Auditores Independentes e o Comitê em relação às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Desta forma, o Comitê, por unanimidade, com base nas informações recebidas até o dia 10 de março de 2025 e nas atividades desenvolvidas no período, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas pela BDO RCS Auditores Independentes S.S., estão aptas para aprovação do Conselho de Administração, sem ressalvas, e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária para deliberação pelos acionistas.

São Bernardo do Campo, 10 de março de 2025

Fernando Dal-Ri Murcia
Membro Independente do Comitê de Auditoria

Décio Carbonari de Almeida
Membro Independente do Comitê de Auditoria

Vanessa Claro Lopes
Coordenadora do Comitê de Auditoria e membro independente.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Tegma Gestão Logística S.A.
São Bernardo do Campo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Tegma Gestão Logística S.A. ("Companhia")**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Tegma Gestão Logística S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).*

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Avaliação de *impairment* ativo imobilizado e intangível, principalmente àqueles com vida útil indefinida

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nos 10 e 11 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia possui ativo imobilizado e intangível nos montantes de R$ 87.416 mil (controladora) e de R$ 245.613 mil (consolidado) e R$ 183.648 mil (controladora) e R$ 190.943 mil (consolidado), respectivamente, em 31 de dezembro de 2024. A maior parte dos bens e direitos envolvidos estão relacionados às suas operações mercantis das UGCs e incluem ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Já os demais ativos no caso de existência de indícios de *impairment*. Conforme mencionado nas referidas notas explicativas, a Companhia e suas controladas realizam teste de *impairment*, que envolve alto grau de julgamento de estimativas por parte da Administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, no qual leva em consideração diversas premissas, tais como: taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, entre outros. Sendo assim, esse assunto foi considerado, pela auditoria, como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto que podem alterar significativamente a expectativa de realização dos referidos ativos.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação quanto a indícios internos ou externos que pudessem trazer evidências da ocorrência de desvalorização dos ativos;
- Revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, avaliando as premissas e metodologia usadas pela Administração da Companhia e suas controladas com base nos relatórios de análise apresentados;
- Contínuo desafio das premissas utilizadas pela Administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que devessem ser revisadas, tais como: crescimento de receitas, custos e despesas, e diversos outros indicadores de inflação e de preços;
- Revisão dos parâmetros de definição da taxa do custo médio ponderado de capital (WACC);
- Recálculo do teste de recuperabilidade; e
- Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar o valor recuperável dos referidos ativos, assim como, o cálculo de teste de recuperabilidade é consistente com os parâmetros determinados pela Companhia, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apropriadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) – informação suplementar

As demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 11/03/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/11/TEGMA1581260511032025.pdf
Hash:17416514402488e0d33da34a59accff634c31529cf